



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de Junho de 2016

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	25/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	18/05/2016	Ordinária		0,03418
Assembléia Geral Extraordinária	25/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	18/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,03418
Assembléia Geral Extraordinária	25/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	18/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03760

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	9.132.232	9.653.040
1.01	Ativo Circulante	1.778.912	2.552.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.988	959.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.358	1.372
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.358	1.372
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.358	1.372
1.01.03	Contas a Receber	1.237.655	1.284.801
1.01.03.01	Clientes	1.237.655	1.284.801
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	1.237.655	1.284.801
1.01.04	Estoques	15.944	10.328
1.01.06	Tributos a Recuperar	116.656	124.364
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	116.656	124.364
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	33.211	20.429
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	13.946	5.615
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	55.225	55.613
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	2.173	7.801
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	9.793	32.764
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.308	2.142
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.438	27.253
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	212.873	144.937
1.01.08.03	Outros	212.873	144.937
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	9.337	8.019
1.01.08.03.02	Serviços em curso	34.906	31.629
1.01.08.03.03	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	126.530	65.459
1.01.08.03.04	Outros ativos circulantes	42.100	39.830
1.02	Ativo Não Circulante	7.353.320	7.100.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.501.722	3.332.910
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.499	3.630
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.499	3.630
1.02.01.03	Contas a Receber	32.544	33.311
1.02.01.03.01	Clientes	32.544	33.311
1.02.01.06	Tributos Diferidos	224.832	247.441
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	224.832	247.441
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.240.847	3.048.528
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	67.874	54.748
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	385.798	347.587
1.02.01.09.05	Entidade de previdência privada	14.643	17.015
1.02.01.09.06	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	0	112.605
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.770.819	2.514.452
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	1.713	2.121
1.02.02	Investimentos	5.394	5.492
1.02.04	Intangível	3.846.204	3.761.922
1.02.04.01	Intangíveis	3.846.204	3.761.922

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	9.132.232	9.653.040
2.01	Passivo Circulante	1.820.068	2.652.575
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.159	74.747
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.159	74.747
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	58.159	74.747
2.01.02	Fornecedores	614.655	1.060.081
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	614.655	1.060.081
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.862	157.209
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.243	73.203
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.131	7.529
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	5.850	8.546
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	27.270	39.616
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.000	3.736
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.303	1.196
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	5.738	11.822
2.01.03.01.07	Outros	951	758
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	67.651	80.151
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	67.651	80.151
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.968	3.855
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	193	284
2.01.03.03.02	Impostos e contribuições retidos na fonte	2.775	3.571
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	611.182	901.644
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	605.503	901.644
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	443.958	869.532
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	161.545	32.112
2.01.04.02	Debêntures	5.679	0
2.01.05	Outras Obrigações	329.530	389.890
2.01.05.02	Outros	329.530	389.890
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.909	8.543
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	81.196	101.393
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios de aposentadoria	11.210	22.419
2.01.05.02.06	Outros passivos circulantes	235.215	257.535
2.01.06	Provisões	56.680	69.004
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.680	69.004
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.491	5.103
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.794	18.951
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	35.395	44.950
2.02	Passivo Não Circulante	4.069.360	3.931.073
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.343.321	3.314.151
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.095.094	3.314.151
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.349.114	1.438.273
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.745.980	1.875.878
2.02.01.02	Debêntures	248.227	0
2.02.02	Outras Obrigações	497.902	425.797
2.02.02.02	Outros	497.902	425.797

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	38.797	36.398
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	21.360	25.239
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	5.328	4.842
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios de aposentadoria	357.705	333.375
2.02.02.02.07	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	30.662	0
2.02.02.02.08	Outros passivos não circulantes	41.648	23.541
2.02.04	Provisões	228.137	191.125
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	228.137	191.125
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17.730	13.113
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	138.920	133.149
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	66.637	40.454
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.850	4.409
2.03	Patrimônio Líquido	3.242.804	3.069.392
2.03.01	Capital Social Realizado	709.872	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.701.752	1.869.463
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.793	27.793
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	707.511	875.222
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	855.658	855.658
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	2.357	2.357
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.414	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-40.284	-40.284

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.774.838	3.410.056	2.028.740	3.350.040
3.01.01	Receita Bruta	2.591.238	5.106.528	3.018.601	4.972.757
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-816.400	-1.696.472	-989.861	-1.622.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.355.818	-2.653.986	-1.672.844	-2.617.250
3.03	Resultado Bruto	419.020	756.070	355.896	732.790
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-168.754	-309.775	-149.598	-290.637
3.04.01	Despesas com Vendas	-96.043	-165.491	-90.701	-177.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.711	-144.284	-58.897	-112.687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	250.266	446.295	206.298	442.153
3.06	Resultado Financeiro	-118.362	-220.815	-53.063	-160.660
3.06.01	Receitas Financeiras	693.266	1.346.707	523.279	1.091.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-811.628	-1.567.522	-576.342	-1.252.226
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	131.904	225.480	153.235	281.493
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.831	-52.066	-22.444	-48.389
3.08.01	Corrente	-18.152	-29.457	-978	-26.971
3.08.02	Diferido	-7.679	-22.609	-21.466	-21.418
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	106.073	173.414	130.791	233.104
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	106.073	173.414	130.791	233.104
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,54646	0,89338	0,66983	1,19692
3.99.01.02	PNA	0,54646	0,89338	0,66983	1,19692
3.99.01.03	PNB	0,60110	0,98272	0,73681	1,31661

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	106.073	173.414	130.791	233.104
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-122	-242
4.02.01	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego, líquidos de impostos	0	0	-184	-367
4.02.02	Tributos s/ resultado abrangente	0	0	62	125
4.03	Resultado Abrangente do Período	106.073	173.414	130.669	232.862

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-103.727	298.301
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	620.252	766.644
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	225.480	281.493
6.01.01.02	Depreciação e amortização	169.532	166.124
6.01.01.03	Constituição e remuneração dos Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	-33.985	110.896
6.01.01.04	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	240.632	194.638
6.01.01.05	Valor Justo do Ativo Financeiro de Concessão	-101.019	-56.715
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	15.699	11.234
6.01.01.07	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	26.366	21.664
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.922	18.981
6.01.01.09	Atualização Monetária Benefício Pós Emprego	22.625	18.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-723.979	-468.343
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-7.009	-283.997
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-23.410	-52.461
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	15.695	37.659
6.01.02.04	Estoques	-5.616	263
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-26.219	-27.104
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	5.815	-5.378
6.01.02.07	Entidade de previdência privada	1.054	-21.546
6.01.02.08	Amortização dos Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	325.014	93.508
6.01.02.09	Outros ativos	-6.819	-16.105
6.01.02.10	Fornecedores	-443.027	-86.396
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	-16.588	-13.827
6.01.02.12	Encargos de dívidas e swap pagos	-230.696	-179.877
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-26.865	77.013
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-27.740	-36.670
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-6.281	47.289
6.01.02.16	Partes relacionadas	-208.833	0
6.01.02.17	Indenizações/contingências pagas	-28.736	-19.625
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-9.504	-6.691
6.01.02.19	Outros passivos	-4.214	25.602
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-532.250	-361.746
6.02.01	Aquisição de intangível	-532.524	-362.034
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-3.836	-82.090
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	4.110	82.378
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-150.696	436.481
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	41.666	662.730
6.03.02	Captação de debêntures	250.000	0
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-581.587	-88.653
6.03.04	Pagamentos com custos de captação	0	-6.007
6.03.05	Obrigações vinculadas	145.859	87.646

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-6.634	-219.235
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-786.673	373.036
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	959.661	206.588
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.988	579.624

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.869.463	0	-40.284	3.069.392
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.869.463	0	-40.284	3.069.392
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.709	0	-167.709	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	167.709	0	-167.709	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.414	0	173.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.414	0	173.414
5.07	Saldos Finais	709.872	698.050	1.701.754	173.414	-40.284	3.242.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.569.851	0	-22.699	2.787.365
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.569.851	0	-22.699	2.787.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	153	0	0	153
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	153	0	0	153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	233.104	-242	232.862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.104	0	233.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-242	-242
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-242	-242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-80.201	0	-80.201
5.06.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-38.636	0	-38.636
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	0	-41.565	0	-41.565
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.570.004	152.903	-22.941	2.940.179

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	5.051.606	4.943.420
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.106.528	4.972.757
7.01.02	Outras Receitas	-54.922	-29.337
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-54.922	-29.337
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.733.007	-2.730.099
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.917.762	-2.152.922
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-815.245	-577.177
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.318.599	2.213.321
7.04	Retenções	-169.532	-166.124
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169.532	-166.124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.149.067	2.047.197
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.351.430	1.091.566
7.06.02	Receitas Financeiras	1.351.430	1.091.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.500.497	3.138.763
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.500.497	3.138.763
7.08.01	Pessoal	173.352	129.301
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.416	70.619
7.08.01.04	Outros	86.936	58.682
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	19.185	15.096
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	6.647	-11.522
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	11.888	8.699
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	4.433	4.836
7.08.01.04.05	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	8.805	17.750
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	21.010	17.957
7.08.01.04.07	Plano de saúde	17.740	12.674
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	6.563	5.972
7.08.01.04.09	Participação no resultado	14.500	10.452
7.08.01.04.10	Administradores	2.931	3.293
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	827	564
7.08.01.04.12	(-) Transferência para ordens	-27.645	-27.320
7.08.01.04.13	Outros	52	231
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.582.312	1.520.922
7.08.02.01	Federais	646.854	666.054
7.08.02.02	Estaduais	935.458	854.868
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.571.419	1.255.436
7.08.03.01	Juros	1.567.522	1.252.226
7.08.03.02	Aluguéis	3.897	3.210
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	173.414	233.104
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	173.414	233.104

Comentário do Desempenho



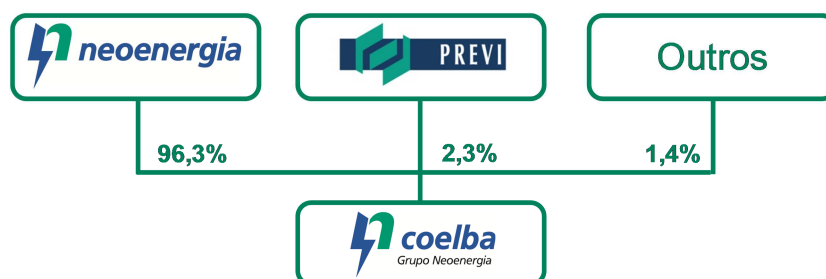
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO Em 30 de Junho de 2015 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA é a concessionária de serviço público de energia elétrica destinada a explorar os sistemas de subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado da Bahia, atendendo a uma população estimada de 15 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado.

Composição acionária da COELBA



2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 Número de Consumidores Ativos

A Companhia encerrou em 30 de junho de 2016 com o total de 5.800.009 consumidores, representando um crescimento de 2,58%, equivalente a 145.760 novas unidades consumidoras, em relação ao mesmo período de 2015.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, que representa 88,23% dos clientes da Coelba, registrando um crescimento de 2,54%, um incremento de 126.805 novos consumidores em relação ao mesmo período de 2015. Essa evolução representa o crescimento do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos realizados para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial o Programa Luz para Todos.

A classe industrial continua apresentando decréscimo no número de consumidores ativos, com uma retração de 2,38%, ainda reflexo da reclassificação de consumidores industriais para comerciais, iniciada em 2015.

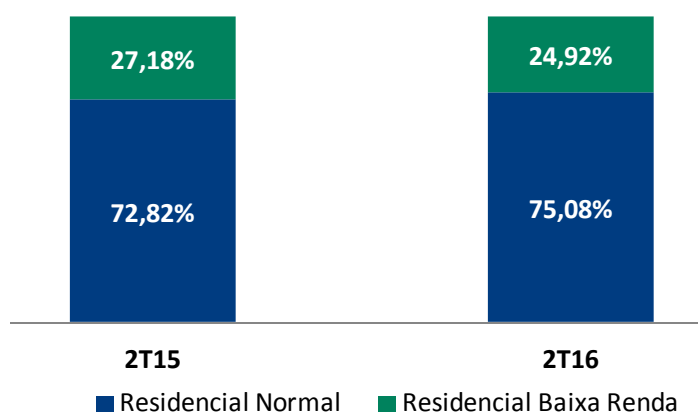
Descrição	Evolução do Número de Consumidores					
	2T15	2T16	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			2T15	2T16	2T15 / 2T16	
Residencial	4.990.578	5.117.383	88,26%	88,23%	126.805	2,54%
Comercial	359.381	372.859	6,36%	6,43%	13.478	3,75%
Industrial	16.114	15.730	0,28%	0,27%	-384	-2,38%
Rural	211.768	216.390	3,75%	3,73%	4.622	2,18%
Poder Público	47.856	48.342	0,85%	0,83%	486	1,02%
Iluminação Pública	16.693	16.869	0,30%	0,29%	176	1,05%
Serviço Público	11.395	11.960	0,20%	0,21%	565	4,96%
Subtotal	5.653.785	5.799.533	99,99%	99,99%	145.748	2,58%
Consumo Próprio	462	474	0,01%	0,01%	12	2,60%
Suprimento	2	2	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.654.249	5.800.009	100,00%	100,00%	145.760	2,58%

2.2 Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

O número de consumidores residenciais em junho de 2016 representa 88,23% do total de clientes/contratos ativos, e destes 24,92% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

No 2T15 esse número era de 27,18%, sendo esta redução motivada pelo reenquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício social, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal. Esse enquadramento ocorreu de forma massiva em 2015 e é residual em 2016.

Descrição	Evolução do número de consumidores Residenciais	
	2T15	2T16
Convencional	3.634.286	3.842.255
Baixa Renda	1.356.292	1.275.128
Total	4.990.578	5.117.383



2.3 Tarifas

2.3.1 Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto no Contrato de Concessão da COELBA, os processos de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, conforme tabela a seguir.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	10,64%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	10,76%
Efeito tarifário médio AT+BT	10,72%

2.3.2 Bandeira Tarifária

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. As bandeiras tarifárias consideram as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram ajustadas conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1859/2015:

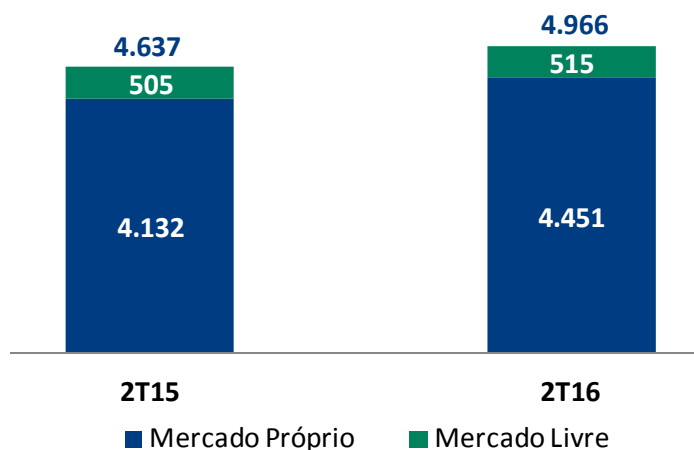
- Bandeira verde: A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,015 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 1,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 1: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 2: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

Nos meses de janeiro de 2015 a janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha foi acionada. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela e, a partir de abril de 2016, a bandeira verde.

2.4 Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) totalizou no 2T16 o volume de 4.967 GWh, um crescimento de 7,13% com relação a 2T15. Esse cenário é resultado conjunto do aumento da Energia Distribuída para o mercado cativo e para o mercado livre em 7,73% e 2,15% respectivamente. Além disso, temos a energia de uso da distribuidora que foi de 0,1 GWh no 2T16, totalizando 4.967 GWh.

Descrição	Energia Distribuída			
	2T15	2T16	Variação Horizontal %	
			2T15 / 2T16	
Mercado Cativo	4.132	4.451	320	7,73%
Mercado Livre	505	515	11	2,15%
Uso da Distribuidora	0,1	0,1	-0,01	-7,38%
Total	4.637	4.967	330	7,13%



2.5 Comportamento do Mercado

No segundo trimestre de 2016, o volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia foi de 4.451 GWh, representando um acréscimo de 7,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Apesar do aumento do volume verificamos uma redução na Receita com o Fornecimento de Energia Elétrica cujos impactos serão detalhados no item 4.1.1 de Receita Operacional.

A classe residencial apresentou no 2T16 uma variação positiva de 3,9% em relação a 2T15, atingindo um consumo de 1.732 GWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 38,9%. A classe tem sido negativamente influenciada pela conjuntura econômica adversa, com aumento no nível de desemprego, queda na renda e aumento no nível de inadimplência. Apesar disso, as condições climáticas de aumento da temperatura média no período colaboraram para o crescimento do consumo da classe residencial no segundo trimestre de 2016.

A classe industrial tem sido a mais atingida pela atual conjuntura econômica. Entretanto, favorecida pela entrada de duas novas cargas no mercado, houve crescimento de 0,9% na classe industrial no 2T16 comparado a 2T15.

A classe comercial, juntamente com a residencial, tem sido a grande responsável pela sustentação do patamar de energia faturada pela empresa, apresentando um crescimento de 5,8% no trimestre, comparado com igual período de 2015. Esse crescimento é decorrente das condições climáticas, assim como a residencial, de poucas chuvas e aumento da temperatura média quando comparamos o segundo trimestre de 2016 com o mesmo período em 2015. Esse cenário compensou os efeitos negativos de desaceleração da economia brasileira.

A classe rural registrou um crescimento de 46,1% no consumo do 2T16 em relação 2T15. O comportamento rural está diretamente relacionado ao regime de chuvas das regiões oeste e norte do estado, por serem áreas intensivas em irrigação. No período houve redução de 251,25 mm no volume de chuvas nas regiões citadas, comparado com 2015, aumentando o consumo com irrigação.

Classe	2T15		2T16		Variação 2015/2016		Participação 2T16	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	962	1.668	955	1.732	-0,7%	3,9%	45,7%	38,9%
Industrial	279	633	252	639	-9,7%	0,9%	13,3%	14,4%
Comercial	506	815	498	862	-1,6%	5,8%	24,1%	19,4%
Rural	124	377	141	552	14,3%	46,1%	5,9%	12,4%
Poder Público	90	175	89	182	-2,0%	4,0%	4,3%	4,1%
Iluminação Pública	69	244	60	249	-12,8%	1,8%	3,3%	5,6%
Serviço Público	72	216	61	232	-16,0%	7,5%	3,4%	5,2%
Subtotal	2.102	4.128	2.055	4.447	-2,2%	7,7%	100,0%	99,9%
Consumo Próprio	-	4	-	4	-	2,0%	-	0,1%
Total	2.102	4.132	2.055	4.451	-2,2%	7,7%	100,0%	100,0%

2.6 Balanço Energético – MWh

Contratos		Injetada		Injetada		Mercado Próprio		Residencial	
									%
5.351.299	5.371.931	5.728.716	5.728.716	4.451.481	77,70%	1.732.184	38,91%		
		5.347.638	5.347.638	4.131.918	77,27%	1.667.544	40,36%		
Uso Distribuidoras		Mercado Livre		Perda Distribuição		Uso Distribuidoras		Industrial	
									%
72	77	515.465	504.628	761.699	13,30%	72	0,00%	638.853	14,35%
				711.015	13,30%	77	0,00%	633.176	15,32%
Perdas Rede Básica		Sobras		Mercado Livre		Perda Distribuição		Comercial	
									%
126.831	95.188	11.288	433.811	515.465	9,00%	862.419	19,37%	814.784	19,72%
				504.628	9,44%	814.784	19,72%		
LEGENDA		Rural		Outros		Rural		Outros	
									%
2T16	2T15	551.511	12,39%	666.513	14,97%	377.405	9,13%	639.010	15,47%
		377.405	9,13%						

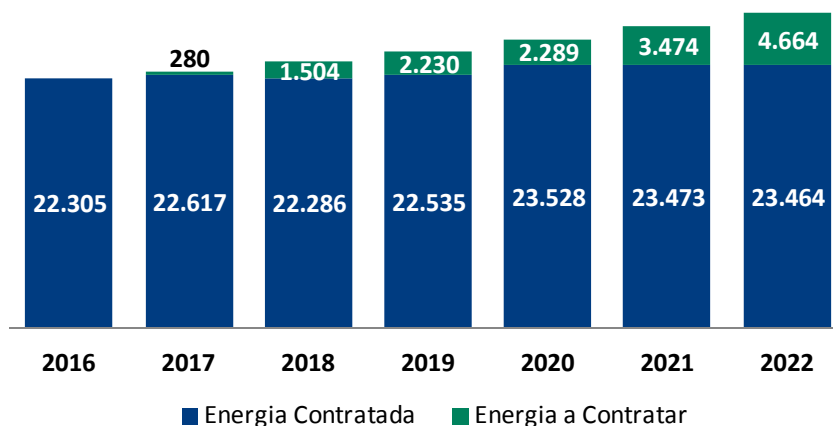
A energia injetada atingiu o patamar de 5.728.716 MWh no 2T16, apresentando um acréscimo de 7,13% com relação a igual período de 2015. Do total da energia injetada, 77,70% foi destinada ao consumo regulado, 9,00% para o consumo do mercado livre e 13,30% representam perdas no processo de distribuição no trimestre.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 4.451.481 MWh no 2T16, representando um acréscimo de 7,73% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado livre exigiu a entrega de 515.465 MWh de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 2,15% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.7 Energia Contratada

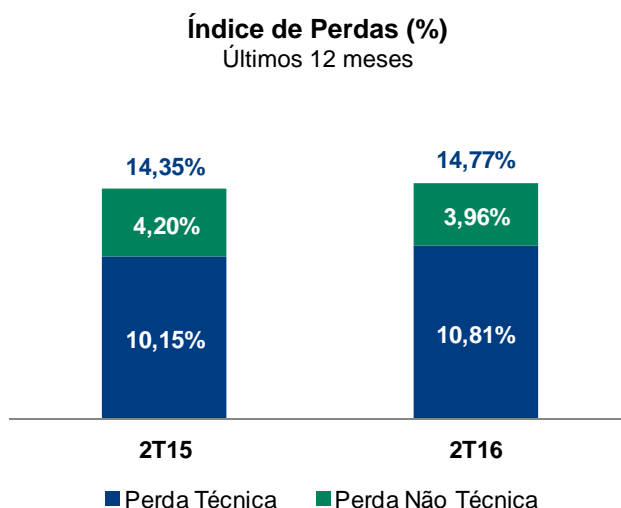
No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada e a contratar em GWh para o período de 2016 a 2022 para o mercado da Companhia em 30/06/2016 baseada na expectativa de crescimento.



2.8 Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Coelba até Junho de 2016, comparado ao mesmo período do ano anterior.



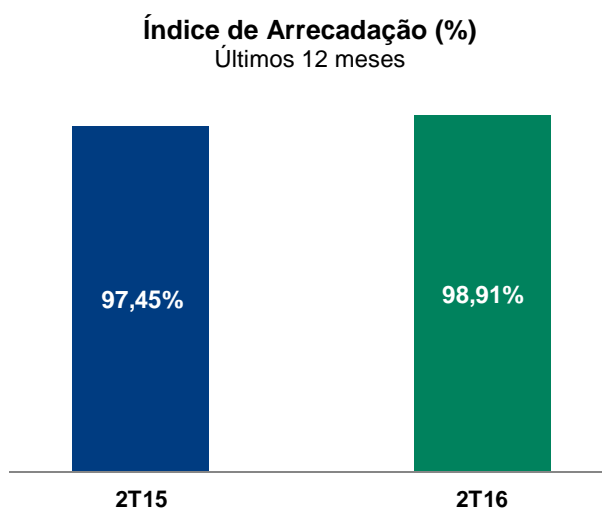
A Coelba apresentou um aumento de 0,42 p.p. no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2015. Entretanto o índice de Perdas Não Técnicas registrou uma melhora de 0,24 p.p.. Até o momento, foram investidos cerca de R\$ 24,5 milhões, onde as principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 80,7 mil inspeções e recuperação de 95,7 GWh de energia;
- Substituição de aproximadamente 36,3 mil equipamentos de medição;
- Atualização de 108 mil pontos de iluminação pública através do levantamento cadastral e mais 23,8 mil pontos através de ação de fiscalização do parque de iluminação pública;

- Atuação em áreas de perdas elevadas com instalação de sistema de medição centralizada e regularização de clandestinos em mais de 16 mil instalações.

2.9 Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação em relação ao faturamento vencido nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta dos reajustes na tarifa e das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. A seguir, temos o demonstrativo do índice da Coelba no 2T16 e seu comportamento em relação ao mesmo período de 2015.



O comportamento positivo da arrecadação, mesmo no cenário econômico desfavorável para a inadimplência, teve como contribuinte, a redução da cobrança das bandeiras tarifárias comparado ao 2º trimestre de 2015 devido à mudança de bandeira vermelha para bandeira verde. Três fatores contribuíram para redução da bandeira: aumento de energia disponível com a redução da demanda, evolução positiva do período úmido e a adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro.

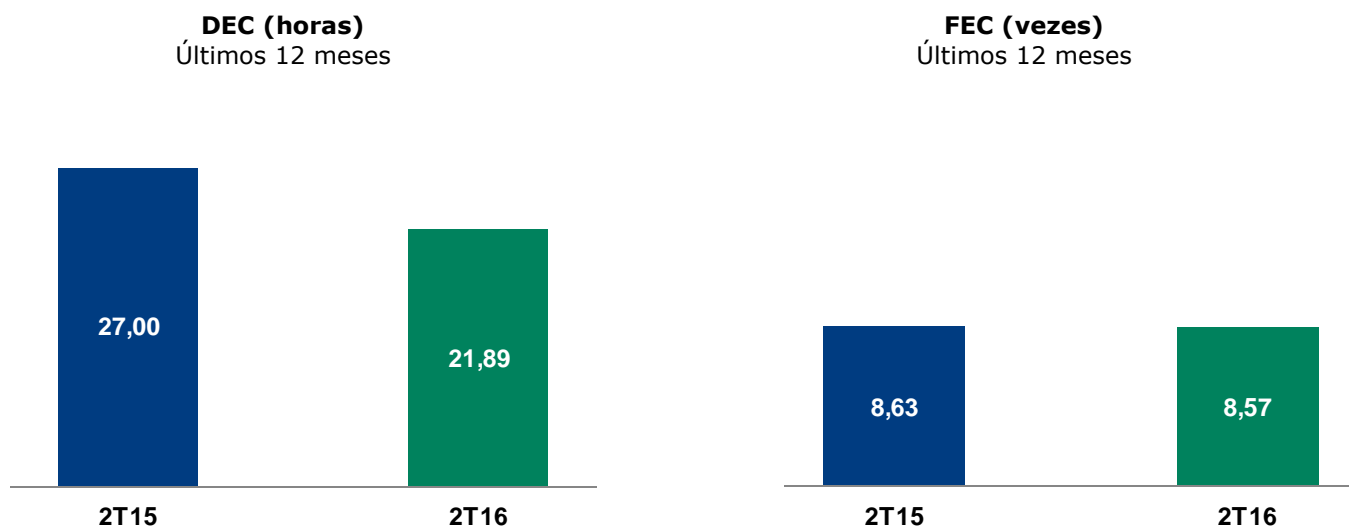
Ainda assim, o cenário econômico desfavorável no segundo trimestre de 2016 para a inadimplência foi um desafio para manter os níveis de arrecadação dos faturamentos. Neste contexto, a Coelba tem adotado medidas para o cumprimento e otimização do plano operacional de cobrança, e as principais iniciativas abaixo são destaques no segundo trimestre de 2016, tais como:

- Manutenção do volume de ações administrativas de menor custo iniciado no primeiro trimestre: Negativação, URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagens), com foco nas dívidas de baixo risco de recebimento;
- Implantação de campanhas de estímulo aos colaboradores das empresas parceiras, o que favoreceu um aumento da efetividade das ações de assessoria de cobrança;
- Aumento das negativações acima do planejado em 106% no período;
- Intensificação de visitas e envio de cartas aos órgãos do Poder Públicos e grandes clientes, visando realizar negociação das dívidas antigas;
- Condicionamento da execução de serviços aos clientes do Poder Público a quitação das dívidas mais antigas;
- Interação com o jurídico para revisar o andamento processual das liminares ativas;
- Incremento das ações de cobrança nos clientes com maiores débitos;

2.10 Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

A apuração dos indicadores de qualidade acumulado 12 meses até o segundo trimestre de 2016 apresentam uma trajetória decrescente. A Coelba apresentou o DEC 5,11 horas e o FEC 0,06 vezes abaixo dos índices apurados no mesmo período do ano anterior. Esse cenário é reflexo dos investimentos da Companhia na melhoria da qualidade da sua rede de distribuição e do seu atendimento as ocorrências identificadas na rede.



3 INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até junho de 2016, foi investido, líquido de subvenções, o montante de R\$ 568.943 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhoria dos indicadores de qualidade, o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (com destaque para o Programa Luz para Todos).

Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público, sendo prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011. Em 30 de dezembro de 2014, por meio do Decreto Nº 8.387 o Programa Luz para Todos foi prorrogado, até 2018.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,8 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, o início do programa, até junho de 2016, a distribuidora já realizou 568.577 ligações, beneficiando diversos consumidores do meio rural e residencial baixa renda no Estado da Bahia.

Programa Luz para Todos	
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas em 2014	18.704
Ligações executadas em 2015	13.732
Ligações executadas até 30/06/2016	5.915
Total de Ligações Executadas	568.577

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Varição %
	2T16	2T15	2T16/15
Receita Operacional Bruta	5.106.528	4.972.757	2,69%
Receita Operacional Líquida	3.410.056	3.350.040	1,79%
EBITDA	611.778	604.413	1,22%
Resultado do Serviço	446.294	442.152	0,94%
Resultado Financeiro	-220.815	-160.658	37,44%
Lucro Líquido	173.413	233.105	-25,61%
Margem EBITDA (%)	17,94%	18,04%	-0,1 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção	16,15%	16,71%	-0,56 p.p
Margem Operacional (%)	13,09%	13,20%	-0,11 p.p
Margem Líquida (%)	5,09%	6,96%	-1,87 p.p

Indicadores Financeiros	jun/16	dez/15	Varição %
			16/15
Ativo Total	9.132.232	9.653.040	-5,40%
Dívida Bruta	3.954.503	4.215.795	-6,20%
Patrimônio Líquido	3.242.804	3.069.390	5,65%
Dívida Total Líquida	3.776.658	3.251.132	16,16%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,19	2,76	15,44%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + PL)	0,54	0,51	4,60%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,36	0,32	11,67%

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

**EBITDA dos últimos 12 meses*

4.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Receita Bruta	2.591.238	3.018.601	-427.363	-14,16
Deduções da Receita Bruta	-816.400	-989.861	173.461	-17,52
Receita Líquida	1.774.838	2.028.740	-253.902	-12,52
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.355.818	-1.672.844	317.026	-18,95
Resultado Bruto	419.020	355.896	63.124	17,74
Outras Despesas Operacionais	-168.755	-149.598	-19.157	12,81
Resultado do Serviço (I)	250.265	206.298	43.967	21,31
Amortização / Depreciação	84.215	79.687	4.528	5,68
EBITDA	334.480	285.985	48.495	16,96
Resultado Financeiro (II)	-118.362	-53.063	-65.299	123,06
Resultado Operacional (I) + (II)	131.903	153.235	-21.332	-13,92
IR e CSLL	-25.831	-22.444	-3.387	15,09
Lucro do Período	106.072	130.791	-24.719	-18,90

4.1.1 Receita Operacional

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Trimestre	Trimestre	Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Fornecimento de energia	1.171.812	1.242.338	(70.526)	-5,7%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	7.431	177.880	(170.449)	-95,8%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	1.098.717	1.046.180	52.537	5,0%
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	80.473	321.250	(240.777)	-75,0%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	164.687	173.310	(8.623)	-5,0%
Outras receitas	68.118	57.643	10.475	18,2%
ROB	2.591.238	3.018.601	(427.363)	-14,2%
(-) Dedução da receita bruta	(816.400)	(989.861)	173.461	-18%
ROL	1.774.838	2.028.740	(253.902)	-12,5%

4.1.1.1 Receita Operacional Bruta

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2016 uma Receita Bruta de R\$ 2.591.238 mil, representando uma redução de 14,16% em relação ao valor de R\$ 3.018.601 mil alcançado no segundo trimestre de 2015.

- Redução de 5,7%, no valor de R\$ 70.526 mil no fornecimento de energia elétrica decorrente da mudança de patamar da Bandeira Tarifária, que no segundo trimestre de 2015 incidia um custo extra para cada quilowatt-hora (kWh) consumido através da bandeira vermelha e no mesmo período de 2016 passou a vigorar a bandeira verde – sem custo extra para os consumidores. Esse incremento na receita em 2015, referente ao faturamento da bandeira, reflete uma redução em torno de R\$ 200 milhões no segundo trimestre de 2016, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em contrapartida, dois eventos amenizaram a variação negativa da receita de fornecimento de energia:

- ✓ Aumento nas tarifas médias praticadas, decorrente dos efeitos de Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de 22 de abril de 2016, com incremento médio de 10,62%.
- ✓ Crescimento de 7,7% do volume de vendas no mercado cativo, representando uma variação de 320 GWh em relação ao mesmo período do anterior, principalmente pelo aumento de consumo da classe rural seguida pela classe residencial.

- Redução de R\$ 170.449 mil na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que é utilizado nesta transação, sofreu uma redução no período em análise.
- Redução de R\$ 240.777 mil nos “Valores a Receber da parcela A e outros itens financeiros” entre os trimestres, decorrente de ajuste efetuado pela contabilidade no 2º trimestre de 2015 referente a reclassificação de contas dos valores recebidos da CONTA ACR (Decreto 8.221) no 1º trimestre de 2015, com transferência de lançamento entre recuperação de despesa e receita.
 - ✓ No 2T16, o Registro contábil dos “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” registrou o valor de R\$ 80.473 mil, sendo composto da: (i) constituição do ativo de R\$ 82.471 mil decorrente os custos realizados acima da cobertura tarifária, (ii) R\$ 42.999 mil referente a reversão passiva da Parcela A e (iii) R\$ 41.005 mil relativo aos efeitos positivos do reajuste 2016 em função da mudança da regulamentação da metodologia de valoração da glosa de perdas (AP 078/11).
- Redução de 5%, representando R\$ 8.623 mil, na receita de construção de infraestrutura da concessão devido ao ingresso de recursos do LPT nesse trimestre, porém, não tem impacto algum sobre o resultado da companhia, pois em contra partida houve igual redução nos custos de construção reconhecidos.

As reduções na Receita foram compensadas parcialmente pelo:

- Aumento da receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD no valor de R\$ 52.537 mil em virtude do aumento do consumo do mercado livre e cativo em 6,65%.
- Aumento de 18,2%, no valor de R\$ 10.475 mil, em outras receitas operacionais, devido principalmente às variações positivas com renda de prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e multa por inadimplência.

4.1.1.2 Deduções da Receita Bruta

A variação negativa na Receita Bruta foi parcialmente compensada pela diminuição de R\$ 173.461 mil nas Deduções da Receita Bruta em relação ao mesmo período do ano anterior devido a:

- Redução de 12% dos tributos de ICMS, PIS e COFINS no valor de R\$ 87.574 mil, devido basicamente à redução da base de cálculo (receita bruta);
- Redução de R\$ 85.887 mil nos encargos setoriais, devido basicamente a (i) diminuição na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE de R\$ 21.641 mil decorrente ao valor menor de encargo estipulado pela Aneel através da Res. Homologatória nº 2.008/2016 e (ii) redução na contabilização do passivo homologado de bandeira tarifária como outros encargos do consumidor CCRBT devido a redução das Bandeiras Tarifárias no segundo trimestre de 2016 em função da melhora do cenário hidrológico, ocasionando uma redução de R\$ 64.518 mil.

Devido aos eventos mencionados acima, a Receita Líquida registrou um decréscimo de R\$ 253.902 mil, sendo R\$ 1.774.832 mil no segundo trimestre de 2016 enquanto que foi de R\$ 2.028.740 mil do mesmo período de 2015.

4.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-829.217	-1.193.235	364.018	-30,51
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-77.816	-110.867	33.051	-29,81
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-2.229	-2.035	-194	9,53
Subtotal	-909.262	-1.306.137	396.875	-30,39
Custos e Despesas Gerenciáveis	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-104.736	-83.493	-21.243	25,44
Material	-8.350	-4.216	-4.134	98,06
Serviços de terceiros	-180.475	-131.403	-49.072	37,34
Indenizações	-14.011	-7.142	-6.869	96,18
Amortização	-84.215	-79.687	-4.528	5,68
Provisões Líquidas - PCLD	-29.874	-18.581	-11.293	60,78
Provisões Líquidas - Contingências	785	4.972	-4.187	-84,21
Custo de Construção	-164.687	-173.311	8.624	-4,98
Outros	-29.748	-23.444	-6.304	26,89
Subtotal	-615.311	-516.305	-99.006	19,18
Total	-1.524.573	-1.822.442	297.869	-16,34

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2016 alcançaram R\$ 1.524.573 mil uma redução de 16,34% em relação ao segundo trimestre de 2015 que foi de R\$ 1.822.442 mil. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Redução do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 364.018 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos a seguir.
 - ✓ Apesar do aumento de 0,66% no volume de energia comprada nesse trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, houve uma redução de R\$ 41.424mil, principalmente em função da redução dos custos da parcela variável das térmicas;
 - ✓ No segundo trimestre de 2015, a COELBA registrou R\$ 247.185 mil de aportes de CDE e Conta ACR, sendo agora essa contabilização reclassificada para ativos e passivos regulatórios. Portanto, comparando os dois trimestres temos em 2016 uma variação positiva no mesmo valor.
 - ✓ Em 2016 houve uma redução significativa do PLD em comparação com 2015, o que ocasionou uma redução na despesa de R\$ 54.806 mil de energia de curto prazo e de R\$ 150.099 mil dos custos variáveis do MCP.

Essa redução foi compensada parcialmente pelo:

- ✓ Registro de ressarcimento das geradoras apresentou um desvio desfavorável de R\$ 6.310 mil em relação ao mesmo período de 2015;
- ✓ Aumento de R\$ 17.695 mil da energia de contratos bilaterais, em função do reajuste das tarifas e da sazonalização;
- ✓ Aumento de R\$ 46.729 mil do custo dos contratos de cotas em função do reajuste das tarifas e dos novos montantes para 2016;
- ✓ Outras variações desfavoráveis no montante de R\$ 58.761 mil são referentes à cota das usinas Angra I e II, PROINFA, créditos de PIS e Cofins e encargos de energia de reserva (ERR).

- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável de R\$ 33.051 mil, decorrente principalmente: (i) da redução do encargo da rede básica devido ao reajuste negativo das transmissoras em jun/15; (ii) do Encargo de Serviço do Sistema – ESS que diminuiu devido a redução de acionamento das térmicas; (iii) em contrapartida, reduzindo essa variação favorável tivemos o aumento do valor dos novos equipamentos do sistema de transmissão que onerou o encargo de conexão.
- Aumento de 25,4% dos gastos na conta de pessoal e administradores, em R\$ 21.243 mil, devido a menor transferência de custo de pessoal para outras despesas em serviço – ODS, reajuste salarial e contabilização da PLR.
- Aumento de 37,5% com serviços de terceiros, em R\$ 49.072 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, serviço de leitura e entrega de conta, desligamento/religamento, dentre outros.
- Aumento das provisões líquidas – PCLD, em R\$ 11.293 mil, decorrente da inadimplência dos parcelamentos negociados de faturas antigas. Esse cenário está concentrado nas classes Residencial e Comercial, com uma representatividade, em média, de 67% e 18% respectivamente. Em adição a PCLD sofreu crescimento devido à Instrução Normativa que provocou antecipação da provisão de algumas faturas para o primeiro semestre, e que pelo critério anterior, a constituição seria realizada no segundo semestre de 2016, representando um impacto total de R\$ 2.400 mil.

4.1.3 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	14.717	17.092	-2.375	-13,90
Juros, comissões e acréscimo moratório	10.244	8.961	1.283	14,32
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-107.518	-88.562	-18.956	21,40
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-35.805	9.446	-45.251	-479,05
Resultado Financeiro Líquido	-118.362	-53.063	-65.299	123,06

Outras Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas - R\$ Mil				
Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Outras Receitas Financeiras				
Atualização Depósitos Judiciais	6.258	4.909	1.349	27,48
Outras receitas - Variação Monetária	11.209	653	10.556	1.616,54
Outras receitas financeiras	4.781	1.384	3.397	245,45
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	4.464	38.864	-34.400	-88,51
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	-2.250	0	-2.250	100,00
Subtotal	24.462	45.810	-21.348	-46,60

Outras Despesas Financeiras				
Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	2T16	2T15	R\$ Mil	%
Obrigações Pós Emprego	-11.313	-9.164	-2.149	23,45
IOF	-3.402	-87	-3.315	3.810,34
Encargos P&D/PEE	-1.499	-889	-610	68,62
Atualização contingências	-15.674	-11.527	-4.147	35,98
Outras despesas - Variação Monetária	-23.033	-11.645	-11.388	97,79
Outras despesas financeiras	-5.346	-3.052	-2.294	75,16
Subtotal	-60.267	-36.364	-23.903	65,73

Total	-35.805	9.446	-45.251	-479,05
--------------	----------------	--------------	----------------	----------------

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 118.362 mil no segundo trimestre de 2016, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 53.063 mil no mesmo período de 2015, representando uma variação desfavorável de R\$ 65.299 mil. As variações decorrem dos principais fatores descritos a seguir:

- Decréscimo na renda de aplicações financeiras justificado pelo menor saldo médio de caixa em comparação ao período anterior, queda de 63,9% e impacto negativo de R\$ 10.918 mil no resultado. Em contrapartida, houve aumento de 11,08% da taxa referência das aplicações financeiras (CDI), representando uma variação positiva de R\$ 8.543 mil. Resultando em uma variação negativa líquida de R\$ 2.375 mil.
- Incremento de encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 18.956 mil, devido principalmente: (i) ao aumento das taxas de juros (CDI e TJLP) vinculadas ao endividamento, contribuindo com um efeito de R\$ 29.281 mil, (ii) em contrapartida houve liquidações de algumas operações, com destaque para os Bonds de R\$ 400.000 mil e consequente diminuição do saldo médio de empréstimos e financiamentos em relação ao segundo trimestre do ano anterior, resultando em um impacto positivo de R\$ 4.551 mil, e (iii) aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros de Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 5.774 mil.
- Redução de R\$ 34.400 mil referente à “Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros” decorrente das seguintes variações: (i) R\$ 7.600 mil referente aos ajustes nos procedimentos de amortização e atualização monetária como reversão da parcela A definido no reajuste de 2016, (ii) R\$ 11.000 mil do incrementado reconhecido no reajuste de 2015, decorrente da mudança da forma de remuneração do passivo relativo aos recursos recebidos da CDE-Energia (Dec 8.221) entre o que vinha sendo utilizado para contabilização e aqueles adotados pela ANEEL e (iii) R\$ 15.800 mil relativo à redução do montante da CVA a recuperar devido a redução dos custos de energia por acionamento das térmicas.
- O aumento em “Outras receitas – Variação Monetária” no valor de R\$ 10.556 mil foi devido à atualização Juros Selic e pelo pagamento de PIS/COFINS de anos anteriores. Além disso, houve maior atualização em função da liquidação CCEE.
- Aumento em Outras Despesas Financeiras, decorrente de (i) maior despesa com IOF sobre resgates de aplicações financeiras e (ii) aumento significativo das despesas financeiras em função da variação de R\$ 4.147 mil das Contingências Cíveis.
- Em outras despesas financeiras – variação monetária foi decorrente a maior atualização da despesa financeira no valor de R\$ 11.388 mil em função de liquidação de CCEE e maior atualização de contratos de caução, devido aos valores referentes aos agentes inadimplentes e com liminares.

4.1.4 Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	2T16	2T15	2T16/15	30/06/2016	30/06/2015	2016/2015
Lucro líquido	106.072	130.791	-18,90%	173.413	233.105	-25,61%
Despesas financeiras	811.628	576.342	40,82%	1.567.522	1.252.224	25,18%
Receitas financeiras	-693.266	-523.279	32,48%	-1.346.707	-1.091.566	23,37%
Imposto de renda	21.827	18.283	19,38%	44.057	40.067	9,96%
Amortização	84.215	79.687	5,68%	165.484	162.261	1,99%
Amortização de ágio	4.004	4.161	-3,77%	8.009	8.322	-3,76%
EBITDA	334.480	285.985	16,96%	611.778	604.413	1,22%

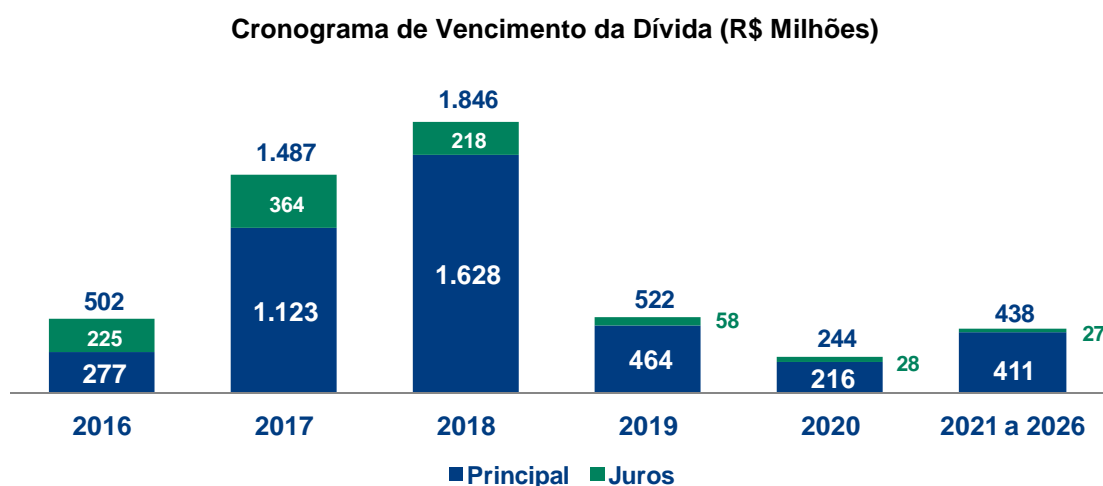
5 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 4.215.795 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.954.503 mil em 30 de junho de 2016, apresentando redução de R\$ 261.292 mil equivalente a 6,20%.

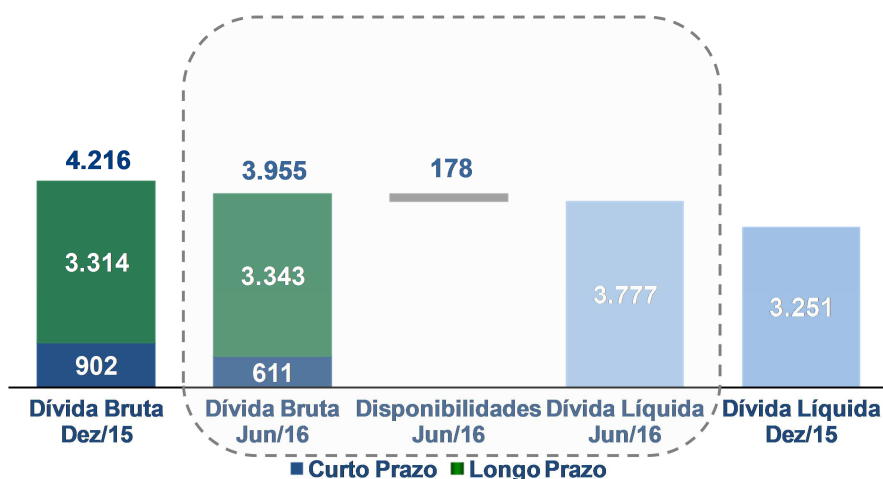
A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou junho de 2016 com R\$ 3.776.658 mil, 16,16% maior do que a verificada em dezembro de 2015 que encerrou com R\$ 3.251.132 mil.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,76 em 31 de dezembro de 2015 para 3,19 em 30 de junho de 2016.

A seguir apresentamos os gráficos referentes ao endividamento da Companhia.



Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



6 RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Em 30 de março de 2016, a S&P reafirmou todos os ratings estabelecidos na revisão anterior realizada em 17 de fevereiro desse mesmo ano.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e a Coelba

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
NEOENERGIA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Balanço patrimonial
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	172.988	959.661
Contas a receber de clientes e outros	5	1.237.655	1.284.801
Impostos e contribuições a recuperar	6	116.656	124.364
Entidade de previdência privada		9.337	8.019
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	126.530	65.459
Outros ativos circulantes		115.746	110.412
Total do circulante		1.778.912	2.552.716
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	32.544	33.311
Impostos e contribuições a recuperar	6	67.874	54.748
Impostos e contribuições diferidos	8	224.832	247.441
Depósitos judiciais	9	385.798	347.587
Entidade de previdência privada		14.643	17.015
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	-	112.605
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	2.770.819	2.514.452
Outros ativos não circulantes		10.606	11.243
Intangível	10.2	3.846.204	3.761.922
Total do não circulante		7.353.320	7.100.324
Ativo total		9.132.232	9.653.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Balanço patrimonial
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	614.655	1.060.081
Empréstimos e financiamentos	12	605.503	901.644
Debêntures	13	5.679	-
Salários e encargos a pagar	14	58.159	74.747
Taxas regulamentares	15	81.196	101.393
Impostos e contribuições a recolher	16	149.862	157.209
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	1.909	8.543
Provisões	17	56.680	69.004
Obrigações de benefícios de aposentadoria	25	11.210	22.419
Outros passivos circulantes	18	235.215	257.535
Total do circulante		1.820.068	2.652.575
Não circulante			
Fornecedores	11	38.797	36.398
Empréstimos e financiamentos	12	3.095.094	3.314.151
Debêntures	13	248.227	-
Taxas regulamentares	15	21.360	25.239
Impostos e contribuições a recolher	16	5.328	4.842
Provisões	17	228.137	191.125
Obrigações de benefícios de aposentadoria	25	357.705	333.375
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	30.662	-
Outros passivos não circulantes	18	44.050	25.943
Total do não circulante		4.069.360	3.931.073
Patrimônio líquido			
Capital social	19	709.872	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.701.752	1.869.463
Outros resultados abrangentes		(40.284)	(40.284)
Lucros acumulados		173.414	-
Total patrimônio líquido		3.242.804	3.069.392
Passivo e patrimônio líquido total		9.132.232	9.653.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado
30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Notas	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	
			(Reclassificado)	(Reclassificado)	
Receita líquida	20	1.774.838	3.410.056	2.028.740	3.350.040
Custo do serviço	21	(1.355.818)	(2.653.986)	(1.672.844)	(2.617.250)
Custos com energia elétrica	21.a	(907.033)	(1.720.129)	(1.304.102)	(1.980.472)
Custos de operação	21.b	(284.098)	(556.361)	(195.431)	(369.939)
Custos de construção		(164.687)	(377.496)	(173.311)	(266.839)
Lucro bruto		419.020	756.070	355.896	732.790
Despesas com vendas	21.b	(96.043)	(165.491)	(90.701)	(177.950)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(72.711)	(144.284)	(58.897)	(112.687)
Lucro operacional		250.266	446.295	206.298	442.153
Resultado financeiro		(118.362)	(220.815)	(53.063)	(160.660)
Receitas financeiras	22	693.266	1.346.707	523.279	1.091.566
Despesas financeiras	22	(811.628)	(1.567.522)	(576.342)	(1.252.226)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		131.904	225.480	153.235	281.493
Imposto de renda e contribuição social		(25.831)	(52.066)	(22.444)	(48.389)
Corrente	8.a	(35.395)	(49.976)	(17.621)	(65.725)
Diferido	8.a	(3.675)	(14.600)	(17.305)	(13.096)
Imposto de Renda - SUDENE	8.a	17.243	20.519	16.643	38.754
Amortização fiscal do ágio	8.a	(4.004)	(8.009)	(4.161)	(8.322)
Lucro líquido do período		106.073	173.414	130.791	233.104
Lucro do período por ação do capital:					
Ordinária		0,5465	0,8934	0,6698	1,1969
Preferencial A		0,5465	0,8934	0,6698	1,1969
Preferencial B		0,6011	0,9827	0,7368	1,3166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Lucro líquido do período	106.073	173.414	130.791	233.104
Outros resultados abrangentes				
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	(184)	(367)
Tributos sobre resultados abrangentes	-	-	62	125
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos.	-	-	(122)	(242)
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários.	106.073	173.414	130.669	232.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros							Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Agio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados		
Saldo em 01 de janeiro de 2015	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	27.792	614.713	2.208	(22.699)	-	-	2.787.365
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	153	-	-	-	153
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(242)	-	-	(242)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.104	-	233.104
Destinações:												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.636)	-	(38.636)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.565)	-	(41.565)
Saldo em 30 de junho de 2015	18.569	339.052	340.429	816.705	108.433	27.792	614.713	2.361	(22.941)	152.903	-	2.940.179
Saldo em 01 de janeiro de 2016	542.163	339.052	340.429	855.658	108.433	27.793	875.222	2.357	(40.284)	-	-	3.069.392
Aumento de Capital	167.709	-	-	-	-	-	(167.709)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173.414	-	173.414
Saldo em 30 de junho de 2016	709.872	339.052	340.429	855.658	108.433	27.793	707.513	2.357	(40.284)	173.414	-	3.242.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Reclassificado)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	225.480	281.493
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização (*)	169.532	166.124
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	(33.985)	110.896
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	240.632	194.638
Valor justo do ativo financeiro de concessão	(101.019)	(56.715)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	15.699	11.234
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	26.366	21.664
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.922	18.981
Atualização monetária benefício pós-emprego	22.625	18.329
	620.252	766.644
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(7.009)	(283.997)
IR e CSLL a recuperar	(23.410)	(52.461)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	15.695	37.659
Estoques	(5.616)	263
Depósitos judiciais	(26.219)	(27.104)
Despesas pagas antecipadamente	5.815	(5.378)
Benefício pós-emprego	1.054	(21.546)
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	325.014	93.508
Outros ativos	(6.819)	(16.105)
	278.505	(275.161)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(443.027)	(86.396)
Salários e encargos a pagar	(16.588)	(13.827)
Encargos de dívidas e swap pagos	(230.696)	(179.877)
Taxas regulamentares	(26.865)	77.013
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(27.740)	(36.670)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL.	(6.281)	47.289
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	(208.833)	-
Indenizações/contingências pagas	(28.736)	(19.625)
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(9.504)	(6.691)
Outros passivos	(4.214)	25.602
	(1.002.484)	(193.182)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(103.727)	298.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(532.524)	(362.034)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(3.836)	(82.090)
Resgate de títulos e valores mobiliários	4.110	82.378
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(532.250)	(361.746)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	41.666	662.730
Captação de debêntures	250.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(581.587)	(88.653)
Pagamentos com custos de captação	-	(6.007)
Obrigações vinculadas	145.859	87.646
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.634)	(219.235)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	(150.696)	436.481
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(786.673)	373.036
Caixa e equivalentes no início do período	959.661	206.588
Caixa e equivalentes no final do período	172.988	579.624
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(786.673)	373.036

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS		(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	5.106.528	4.972.757
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.922)	(29.337)
	5.051.606	4.943.420
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(1.711.921)	(1.932.779)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(205.841)	(220.143)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(815.245)	(577.177)
	(2.733.007)	(2.730.099)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.318.599	2.213.321
Amortização (*)	(169.532)	(166.124)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.149.067	2.047.197
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.351.430	1.091.566
	1.351.430	1.091.566
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.500.497	3.138.763
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	86.416	70.619
Encargos sociais (exceto INSS)	19.185	15.096
Entidade de previdência privada	6.647	(11.522)
Auxílio alimentação	11.888	8.699
Convênio assistencial e outros benefícios	4.433	4.836
Despesas com desligamento	8.805	17.750
Provisão para férias e 13º salário	21.010	17.957
Plano de saúde	17.740	12.674
Indenizações trabalhistas	6.563	5.972
Participação no resultado	14.500	10.452
Administradores	2.931	3.293
Encerramento de ordem em curso	827	564
(-) Transferência para ordens	(27.645)	(27.320)
Outros	52	231
Subtotal	173.352	129.301
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	21.646	17.999
ICMS	935.458	854.868
PIS/COFINS sobre faturamento	245.552	255.505
Imposto de renda e contribuição social	52.066	48.389
Obrigações intra-setoriais	318.598	336.644
Outros	8.992	7.517
Subtotal	1.582.312	1.520.922
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	1.567.522	1.252.226
Aluguéis*	3.897	3.210
Subtotal	1.571.419	1.255.436
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucros (prejuízos)	173.414	233.104
Subtotal	173.414	233.104
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	3.500.497	3.138.763

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Narandiba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Companhia em 10/08/2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2 – Base de apresentação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.3 Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

2.3.1) Demonstração do resultado, período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015:

Demonstração do resultado	Ref.	01/04/2015 a 30/06/2015	Reclassificações	01/04/2015 a 30/06/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a)/(c)	2.091.531	(62.791)	2.028.740
Custo dos serviços	(b)/(c)	(1.856.557)	183.713	(1.672.844)
Despesas com vendas	(b)	-	(90.701)	(90.701)
Receitas financeiras	(a)/(d)	536.624	(13.345)	523.279
Despesas financeiras	(d)	(559.466)	(16.876)	(576.342)
Lucro líquido do período		130.791	-	130.791

Demonstração do resultado	Ref.	01/01/2015 a 30/06/2015	Reclassificações	30/01/2015 a 0/06/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a)	3.293.325	56.715	3.350.040
Custo dos serviços	(b)	(2.795.200)	177.950	(2.617.250)
Despesas com vendas	(b)	-	(177.950)	(177.950)
Despesas gerais e administrativas	-	(112.687)	-	(112.687)
Receitas financeiras	(a)	1.148.281	(56.715)	1.091.566
Despesas financeiras		(1.252.226)	-	(1.252.226)
Lucro líquido do período		233.104	-	233.104

2.3.2) Demonstração do fluxo de caixa, período de seis meses findo em 30 de junho de 2015:

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	01/01/2015 a 30/06/2015	Reclassificações	01/01/2015 a 30/06/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Caixa oriundo das atividades operacionais	(e)	321.121	(22.820)	298.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(e)	(384.566)	22.820	(361.746)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		436.481	-	436.481
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		373.036	-	373.036

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

2.3.3) Demonstração do valor adicionado, período de seis meses findo em 30 de junho de 2015:

Demonstração do valor adicionado	Ref.	01/01/2015 a 30/06/2015	Reclassificações	01/01/2015 a 30/06/2015
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)	1.990.482	56.715	2.047.197
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	1.148.281	(56.715)	1.091.566
Valor adicionado total a distribuir		3.138.763	-	3.138.763
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		129.301	-	129.301
Impostos, taxas e contribuições		1.520.922	-	1.520.922
Remuneração de capitais de terceiros		1.255.436	-	1.255.436
Remuneração de capitais próprios		233.104	-	233.104
Valor adicionado total distribuído		3.138.763	-	3.138.763

- (a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, no montante de R\$ 56.715 no semestre/2015 e R\$ 30.221 no segundo trimestre/2015, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

- (b) Reclassificação de despesas comerciais do custo dos serviços para despesas com vendas no valor de R\$ 177.950.
- (c) Reclassificação dos valores relativos ao faturamento das Bandeiras tarifárias, de recuperação de custo e encargos de energia para a receita operacional líquida no montante de R\$ 93.012.
- (d) Reclassificação da remuneração financeira setorial para apresentação pelo líquido, no valor de R\$ 16.876.
- (e) Correção dos efeitos dos juros capitalizados sobre obras em andamento sem efeito caixa no montante de R\$ 22.820, antes apresentados nos grupos dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimento.

3. Assuntos regulatórios

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh, amarela em março no valor de R\$15/MWh e verde a partir de abril sem acréscimo.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

No primeiro semestre de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 148.592 (R\$ 340.048 no mesmo período do ano anterior) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 455 repassados para a conta CCRBT (R\$ 92.039, no mesmo período do ano anterior).

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também contribuiu para que as empresas apresentem um cenário de exposição, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

CDE-Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 2.018/2015, de 2 de fevereiro de 2016, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE-Uso para o ano de 2016, o qual foram devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da Companhia em 2016. Houve alteração do encargo da CDE-Uso, a partir da competência de jun/16, por meio da Resolução Homologatória 2.077/2016, de 7 de junho de 2016.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Em janeiro de 2016, houve nova decisão Liminar de processo judicial apresentado pela Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), de mesma natureza, contestando itens da composição da CDE.

Em cumprimento às decisões judiciais, a ANEEL por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.967, de 24 de setembro de 2015 e nº 2.083, de 14 de junho de 2016, estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos consumidores associados da ABRACE, retroativamente, a partir de 3 de julho de 2015 e da ANACE, a partir de 19 de janeiro de 2016, enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400 e nº 0069262-32.2015.4.01.3400/16ª Vara Federal, alcançando, respectivamente, 13 e 12 grandes consumidores da COELBA, especificados nas resoluções. As decisões liminares estão sendo contestadas pela ANEEL e, no caso da liminar ABRACE, também pela ABRADEE.

A diferença entre as tarifas normais e aquelas homologadas, faturadas em cumprimento à liminar, foi contemplada na apuração de componente financeiro reconhecido por ocasião do reajuste tarifário de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.066/2016, no valor de R\$ 2.495 mil.

Através do Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, a ANEEL resolveu que as

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

distribuidoras deveriam deduzir dos pagamentos das cotas mensais da CDE fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, inclusive retroativamente, alcançando todas as liminares, que o componente financeiro repassado no último reajuste deveria ser revertido no próximo processo, bem como que a Eletrobrás deveria deduzir tais valores do repasses para as destinações da CDE contestadas pelas liminares. Dessa foram, a partir do pagamento da cota de jun/16, a companhia procedeu a dedução do pagamento da cota da CDE, no valor acumulado de R\$ 2.696 mil, relativo às competências de jul/15 a mar/16, bem como constituiu passivo para reversão do componente financeiro no próximo reajuste.

Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 30.430 por mês, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o período de abril a dezembro de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 273.868 e ao longo do primeiro semestre de 2016 o valor de R\$ 187.863.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, sendo de 10,64%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,76%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	28.991	58.908
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.329	12.342
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	12.774	84.434
Fundos de investimento	129.894	803.977
	<u>172.988</u>	<u>959.661</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de junho de 2016 é constituída por: (i) Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados; (ii) LFT composto por títulos pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária; e (iii) Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

5. Contas a receber de clientes e outros

		<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consumidores	(a)	<u>1.428.680</u>	<u>1.437.788</u>
Terceiros		1.428.592	1.437.704
Partes relacionadas		88	84
Títulos a receber de terceiros		4.175	4.956
Comercialização de energia na CCEE	(b)	22.859	14.830
Disponibilização do sistema de distribuição		<u>29.450</u>	<u>21.453</u>
Terceiros		28.847	20.694
Partes relacionadas		603	759
Serviços prestados a terceiros		12.797	11.688
Serviços taxados e administrativos		8.090	7.457
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	110.378	133.039
Outros créditos de terceiros		25.182	23.288
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(371.412)	(336.387)
Total		<u>1.270.199</u>	<u>1.318.112</u>
Circulante		<u>1.237.655</u>	<u>1.284.801</u>
Não circulante		<u>32.544</u>	<u>33.311</u>

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Setor privado							
Residencial	146.613	192.608	247.926	587.147	572.961	(235.769)	(214.571)
Industrial	95.082	11.857	23.856	130.795	131.537	(14.597)	(12.973)
Comercial	131.829	46.322	62.145	240.296	255.741	(49.963)	(42.992)
Rural	47.236	21.713	31.201	100.150	93.547	(21.320)	(18.610)
	420.760	272.500	365.128	1.058.388	1.053.786	(321.649)	(289.146)
Setor público							
Federal	6.067	4.957	3.254	14.278	12.842	(804)	(1.673)
Estadual	9.738	8.642	3.702	22.082	18.823	(1.611)	(589)
Municipal	14.795	8.000	3.019	25.814	25.115	(1.636)	(1.028)
	30.600	21.599	9.975	62.174	56.780	(4.051)	(3.290)
Iluminação pública	22.153	8.879	14.640	45.672	45.795	(2.401)	(2.015)
Serviço público	33.465	4.623	7.914	46.002	39.829	(3.703)	(2.263)
Fornec. não faturado	216.444	-	-	216.444	241.598	-	-
Total	723.422	307.601	397.657	1.428.680	1.437.788	(331.804)	(296.714)
Circulante				1.404.183	1.412.503	(331.804)	(296.714)
Não circulante				24.497	25.285	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 14.829, compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 30 de junho de 2016 é de R\$ 42.707 (R\$ 37.267 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a resolução homologatória nº 2.066/2016 aprovando o valor mensal de R\$ 27.939 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 30 de junho de 2016 é de R\$ 67.671 (R\$ 95.773 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(280.977)	(1.500)	(14.829)	(29.433)	(326.739)
Adições	(109.348)	(390)	-	(2.194)	(111.932)
Reversões	30.378	423	-	8.250	39.051
Baixados a reserva	63.233	-	-	-	63.233
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(296.714)	(1.467)	(14.829)	(23.377)	(336.387)
Adições	(90.717)	(344)	-	(3.019)	(94.080)
Reversões	35.730	378	-	3.050	39.158
Baixados a reserva	19.897	-	-	-	19.897
Saldo em 30 de junho de 2016	(331.804)	(1.433)	(14.829)	(23.346)	(371.412)

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	33.211	20.429
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	13.946	5.615
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	55.225	55.613
Programa de integração social - PIS	(c)	2.173	7.801
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	9.793	32.764
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.308	2.142
		116.656	124.364
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	65.461	52.335
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
		67.874	54.748
Total		184.530	179.112

- (a) Correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IRPJ e CSLL.
- (b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma:
- b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 110.860 (R\$ 96.861 em 31 de dezembro de 2015).
- b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.826 (R\$ 11.087 em 31 de dezembro de 2015).
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 11.966 em 30 de junho de 2016 (R\$ 40.565 em 31 de dezembro de 2015).

7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

		30/06/2016						
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo(-)	Total	Ativo	Passivo(-)	Total	Total Líquido
Parcela "A"								
	Revisão Tarifária	-	(27.542)	(27.542)	-	-	-	(27.542)
	Energia	303.678	(17.692)	285.986	-	(53.073)	(53.073)	232.913
	Encargo de Serviço do Sistema- ESS	38.695	(12.114)	26.581	-	(36.343)	(36.343)	(9.762)
	Neutralidade dos encargos setoriais	-	(16.217)	(16.217)	-	(7.584)	(7.584)	(23.801)
	Repasse de Sobrecontratação	(a) 19.630	(213.119)	(193.489)	58.891	-	58.891	(134.598)
	Outras CVA's	68.862	(3.445)	65.417	13.427	(6.232)	7.195	72.612
Itens Financeiros								
	Energia Eletronuclear	232	-	232	-	-	-	232
	Reversão RTE 2015	(b) 1.718	(37.365)	(35.647)	-	-	-	(35.647)
	Outros itens financeiros	24.516	(3.307)	21.209	271	(19)	252	21.461
		457.331	(330.801)	126.530	72.589	(103.251)	(30.662)	95.868
		31/12/2015						
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo(-)	Total	Ativo	Passivo(-)	Total	Total Líquido
Parcela "A"								
	Revisão Tarifária	-	(25.723)	(25.723)	-	-	-	(25.723)
	Energia	196.876	-	196.876	107.224	-	107.224	304.100
	Encargo de Serviço do Sistema - ESS	33.555	(59.878)	(26.323)	11.185	-	11.185	(15.138)
	Neutralidade dos encargos setoriais	-	(12.702)	(12.702)	-	(3.177)	(3.177)	(15.879)
	Repasse de Sobrecontratação	(a) -	(149.541)	(149.541)	-	(20.766)	(20.766)	(170.307)
	Outras CVA's	65.881	(195)	65.686	15.461	-	15.461	81.147
Itens Financeiros								
	Energia Eletronuclear	4.961	-	4.961	-	-	-	4.961
	Exposição Financeira	14.443	-	14.443	2.494	-	2.494	16.937
	Outros itens financeiros	757	(2.975)	(2.218)	184	-	184	(2.034)
		316.473	(251.014)	65.459	136.548	(23.943)	112.605	178.064

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

(a) Repasse de Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

No período de seis meses findo em junho de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 0,76%, e reconheceu um ajuste financeiro passivo de R\$ 5.008, de forma a anular o efeito das receitas obtidas com a venda do excedente de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia mantém uma CVA passiva de R\$ 134.598 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril/2016 e em fase de reversão/amortização.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2/março a 21/abril/15, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais	178.064	480.364
Constituição	22.874	(137.023)
Amortização	(116.181)	(224.650)
Remuneração financeira setorial	11.111	59.373
Saldos finais ATIVO/PASSIVO	<u>95.868</u>	<u>178.064</u>

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	92.744	107.345
Diferido ativo		308.153	285.142
Diferido passivo		(215.409)	(177.797)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	132.088	140.096
Total		<u>224.832</u>	<u>247.441</u>

(a) Imposto de renda e Contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	<u>30/06/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	272.433	68.167	315.373	78.904
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	273.074	24.577	316.014	28.441
Total		<u>92.744</u>		<u>107.345</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	30/06/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.971	64.971	58.607	58.607
Provisão para passivo atuarial	366.756	366.756	354.126	354.126
Provisão contingências	267.337	267.337	242.650	242.650
Receita de ultrapassagem	132.553	132.553	108.436	108.436
Outros	75.380	75.380	75.472	75.472
Total Ativo	906.997	906.997	839.291	839.291
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(545.911)	(545.270)	(444.892)	(444.251)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(76.496)	(76.496)	(67.458)	(67.458)
Outros	(12.157)	(12.157)	(11.568)	(11.568)
Total Passivo	(634.564)	(633.923)	(523.918)	(523.277)
Total Líquido	272.433	273.074	315.373	316.014

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2016 e 2015.

	Período de seis meses findo em:			
	30/06/2016		30/06/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	225.480	225.480	281.493	281.493
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.009)	(8.009)	(8.322)	(8.322)
Juros sobre capital próprio	-	-	(38.636)	(38.636)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	217.471	217.471	234.535	234.535
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	54.368	19.572	58.634	21.108
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	261	105	5.567	183
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(3.887)	(1.399)	(4.037)	(1.454)
Incentivo fiscal SUDENE	(20.519)	-	(38.754)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.068)	-	(1.180)	-
Outras exclusões	(2.454)	(922)	-	-
	(27.928)	(2.321)	(43.971)	(1.454)
Imposto de renda e contribuição social no período	26.701	17.356	20.230	19.837
Imposto de renda e contribuição social no resultado	26.701	17.356	20.230	19.837

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de seis meses findo em:			
	30/06/2016		30/06/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	15.966	13.491	9.253	17.718
Recolhidos e Pagos	14.782	12.959	14.928	21.742
A pagar	2.559	1.454	(5.675)	(4.024)
Compensados e deduzidos	(1.375)	(922)	-	-
Diferido	10.735	3.865	10.977	2.119
	26.701	17.356	20.230	19.837

	Período de três meses findo em:			
	30/06/2016		30/06/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	131.904	131.904	153.235	153.235
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.004)	(4.004)	(4.161)	(4.161)
Juros sobre capital próprio	-	-	(38.636)	(38.636)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	127.900	127.900	110.438	110.438
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	31.975	11.511	27.610	9.939
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	92	40	474	177
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(1.944)	(699)	(2.019)	(727)
Incentivo fiscal SUDENE	(17.243)	-	(16.643)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(715)	-	(528)	-
Outras exclusões	(868)	(322)	-	-
	(20.770)	(1.021)	(19.190)	(727)
Imposto de renda e contribuição social no período	11.297	10.530	8.894	9.389
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.297	10.530	8.894	9.389

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de três meses findo em:			
	30/06/2016		30/06/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	8.595	9.557	(3.831)	4.809
Recolhidos e Pagos	10.834	11.092	4.225	8.515
A pagar	(1.370)	(1.214)	(8.056)	(4.024)
Compensados e deduzidos	(869)	(321)	-	318
Diferido	2.702	973	12.725	4.580
	11.297	10.530	8.894	9.389

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

9. Depósitos judiciais

	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	193.547	172.074
Cíveis	104.692	92.784
Fiscais:	77.945	73.976
Incentivo fiscal SUDENE	10.669	10.189
ICMS	29.774	28.290
IRPJ	22.206	21.013
Outros	15.296	14.484
Outros	9.614	8.753
Total	385.798	347.587

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de junho de 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais em	2.514.452	2.008.433
Baixas	(1.177)	(1.422)
Amortização/Reversão	(b) -	27.384
Transferências	(a) 156.525	235.734
Atualização / valor justo	101.019	244.323
Saldos finais em	<u>2.770.819</u>	<u>2.514.452</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Devolução de obrigação especial oriunda do Programa Luz para Todos no total de R\$ 52.729, tendo sido R\$ 25.345 revertidos do ativo intangível e R\$ 27.384 do ativo financeiro.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 20). A realização do WACC sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

Conforme mencionado acima, a Companhia adota como melhor estimativa de evolução do VNR o mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais. A Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA (antes IGPM) entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 30 de junho de 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 18.138 (R\$ 12.364 em 30 de junho de 2015) cuja taxa média de capitalização foi de 0,98% no ano.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	3,42	8.682.009	(4.270.224)	(1.489.681)	2.922.104	2.915.402
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		1.349.689	-	(425.589)	924.100	846.520
Total		10.031.698	(4.270.224)	(1.915.270)	3.846.204	3.761.922

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização	Obrigações	Valor	Custo	Obrigações	Valor	
		acumulada	especiais	líquido		especiais	líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	8.190.176	(3.692.447)	(1.548.572)	2.949.157	914.084	(280.124)	633.960	3.583.117
Adições	-	-	-	-	967.971	(247.724)	720.247	720.247
Baixas	(56.392)	46.422	-	(9.970)	(18.272)	-	(18.272)	(28.242)
Amortizações	-	(435.378)	104.751	(330.627)	-	-	-	(330.627)
Transferências - Intangíveis	326.816	-	(74.938)	251.878	(326.816)	74.938	(251.878)	-
Transferências - Ativos financeiros	(235)	-	-	(235)	(319.324)	83.825	(235.499)	(235.734)
Transferências - Outros	29.724	61	25.414	55.199	7.924	(9.962)	(2.038)	53.161
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.490.089	(4.081.342)	(1.493.345)	2.915.402	1.225.567	(379.047)	846.520	3.761.922
Adições	-	-	-	-	568.943	(145.860)	423.083	423.083
Baixas	(46.688)	34.993	-	(11.695)	(2.828)	-	(2.828)	(14.523)
Amortizações	-	(223.875)	54.441	(169.434)	-	-	-	(169.434)
Transferências - Intangíveis	226.502	-	(50.777)	175.725	(226.502)	50.777	(175.725)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(53)	-	-	(53)	(222.309)	65.837	(156.472)	(156.525)
Transferências - Outros (b)	12.159	-	-	12.159	6.818	(17.296)	(10.477)	1.681
Saldos em 30 de junho de 2016	8.682.009	(4.270.224)	(1.489.681)	2.922.104	1.349.689	(425.589)	924.100	3.846.204

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Refere-se às transferências de capitalização de encargos de juros sobre obras em andamento, além de devoluções de obrigações especiais ocorridas no período.

11. Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Energia elétrica:	365.872	554.802
Terceiros	301.636	538.477
Partes relacionadas	64.236	16.325
Encargos de uso da rede	34.315	19.690
Terceiros	32.713	17.968
Partes relacionadas	1.602	1.722
Materiais e serviços	214.468	485.589
Terceiros	213.207	485.149
Partes relacionadas	1.261	440
Energia livre	38.797	36.398
Total	653.452	1.096.479
Circulante	614.655	1.060.081
Não circulante	38.797	36.398

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

12. Empréstimos e financiamentos

Composição da dívida líquida	30/06/2016			31/12/2015	
	Empréstimo	Custos de transação	Operações com Swap	Total	Total
Moeda nacional					
BNB	107.423	(354)	-	107.069	139.995
BNDES FINEM	1.150.811	(3.925)	-	1.146.886	1.218.740
Eletrobrás	93.505	(656)	-	92.849	103.969
FINEP	33.866	(128)	-	33.738	41.843
CEF - LPT 8	57.036	-	-	57.036	55.380
Banco do Brasil	388.591	(1.084)	-	387.507	386.969
BONDS BRL(*)	-	-	-	-	407.944
	1.831.232	(6.147)	-	1.825.085	2.354.840
Moeda estrangeira					
ITAÚ I e II	234.607	-	(33.489)	201.118	201.103
Títulos Externos	475.812	-	(75.886)	399.926	400.141
Bank of America 2012 e 2013	671.733	-	(229.977)	441.756	441.587
Bank of Tokyo	157.364	-	(52.687)	104.677	104.675
Citibank 2013 e 2015	401.257	-	(72.940)	328.317	328.309
Banco JP Morgan	78.575	-	(20.205)	58.370	58.365
BNP Paribas	270.561	-	(29.883)	240.678	240.984
Mizuho	120.266	-	12.418	132.684	132.826
	2.410.175	-	(502.649)	1.907.526	1.907.990
(-) Depósitos em garantia	(32.014)	-	-	(32.014)	(47.035)
Dívida líquida	4.209.393	(6.147)	(502.649)	3.700.597	4.215.795
Circulante	652.267	(2.370)	(44.394)	605.503	901.644
Não circulante	3.557.126	(3.777)	(458.255)	3.095.094	3.314.151

(*) O empréstimo de BONDS BRL foi liquidado em abril de 2016.

(a) Captações e renegociações de recursos no período

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Em 2016, a Companhia captou R\$ 41.666 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2016, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013, julho e dezembro de 2014.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos:

- ✓ apurados com base nas Demonstrações Financeiras da **Companhia**, como segue:
 - Títulos Externos, Citibank N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013, Citibank N.A. 2015, BNP Paribas S.A. 2015, Bank of America, N.A. 2012, Bank of America, N.A. 2013, Bank of Tokyo-Mitsubish 2012 e Mizuho Bank Ltd. 2015: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
 - Eletrobrás: Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,0
- ✓ apurados com base nas Demonstrações Financeiras da **Neoenergia Consolidada**, como segue:
 - BNDES 2009: Patrimônio líquido / Exigível total maior ou igual a 45%, EBITDA / Receita operacional líquida maior ou igual a 15%, EBITDA / Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2, Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 0,4.
 - BNDES 2013: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia superou o limite estabelecido para o indicador Dívida Líquida/EBITDA como menor ou igual a 3 do contrato que possui junto à Eletrobrás. De acordo com este contrato, caso haja descumprimento do limite, será necessária a anuência para contratação de novas dívidas. A Companhia solicitou anuência para a captação da 8ª emissão de debêntures, ocorrida no segundo trimestre de 2016.

Nos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se adimplente com todas as demais cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas em não circulante são os seguintes:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	825.140	(673)	824.467	212.281	-	212.281
2018	1.612.591	(1.078)	1.611.513	2.144.210	(950)	2.143.260
2019	194.405	(754)	193.651	31.011	(63)	30.948
2020	187.876	(749)	187.127	19.030	(26)	19.004
2021	145.939	(410)	145.529	412.179	(3.255)	408.924
Após 2021	164.934	(113)	164.821	547.306	(537)	546.769
Total obrigações	3.130.885	(3.777)	3.127.108	3.366.017	(4.831)	3.361.186
(-) Garantias depósitos vinculados			(32.104)			(47.035)
Total			3.095.094			3.314.151

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

A mutação de empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	353.748	1.854.635	(30.522)	1.429.666	3.607.527
Ingressos	-	445.842	-	449.794	895.636
Encargos	211.035	-	40.826	-	251.861
Variação monetária e cambial	923	8.114	4.363	887.893	901.293
Swap	-	-	104.995	(870.338)	(765.343)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.510)	(21.137)	(22.647)
Transferências	864.883	(864.883)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(558.705)	-	(86.040)	-	(644.745)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(5.101)	-	-	(5.101)
(-) Custos de transação	(2.352)	(334)	-	-	(2.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	869.532	1.438.273	32.112	1.875.878	4.215.795
Ingressos	-	41.666	-	-	41.666
Encargos	92.218	-	30.419	-	122.637
Variação monetária e cambial	1.466	14.537	(18.716)	(502.053)	(504.766)
Swap	-	-	28.031	589.920	617.951
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(23)	(23)
Transferências	160.383	(160.383)	217.742	(217.742)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(681.373)	-	(128.043)	-	(809.416)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.021	-	-	15.021
(-) Custos de transação	1.732	-	-	-	1.732
Saldos em 30 de junho de 2016	443.958	1.349.114	161.545	1.745.980	3.700.597

13. Debêntures

Debêntures	2016		Total
	Debêntures	Custo de Transação	
8ª Emissão	256.617	(2.711)	253.906
Total	256.617	(2.711)	253.906
Circulante	6.617	(938)	5.679
Não Circulante	250.000	(1.773)	248.227

(a) Emissões e renegociações de debêntures no período

- Em abril de 2016 a Coelba realizou a 8ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características: (i)

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

volume de R\$ 250 milhões; (ii) taxa de 121,5% do CDI; (iii) prazo de 3 anos; (iv) amortização de principal bullet (v) juros semestrais.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 8ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A, como segue:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4.
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

A 8ª Emissão de debêntures é da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória da fiadora Neoenergia S.A, que se obriga pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios, e de todos e quaisquer valores devidos pela emissora.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2019	250.000	(1.773)	248.227
	250.000	(1.773)	248.227

A mutação de debêntures no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ingressos	-	250.000	250.000
Encargos	6.617	-	6.617
Transferências	(1.094)	1.094	-
Amortizações e pagamentos de juros	-	(2.867)	(2.867)
(-) Custos de transação	156	-	156
Saldos em 30 de junho de 2016	5.679	248.227	253.906

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

14. Salários e encargos a pagar

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários	3.417	9.842
Encargos sociais	13.017	12.761
Provisões férias e 13º salário	27.980	26.470
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	2.477	3.178
Provisão PLR (a)	11.115	22.327
Outros	153	169
Total	<u>58.159</u>	<u>74.747</u>

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O pagamento da PLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu em abril de 2016.

15. Taxas regulamentares

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	47.009	57.170
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (b)	2.268	2.346
Empresa de Pesquisa Energética – EPE (b)	372	419
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (b)	36.495	30.894
Programa de Eficientização Energética – PEE (b)	15.438	10.850
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE (c)	743	678
Encargos Setoriais - Outros CCRBT (d)	231	24.275
Total	<u>102.556</u>	<u>126.632</u>
Circulante	81.196	101.393
Não circulante	21.360	25.239

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

O saldo em aberto em 30 de junho de 2016, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 10.176, para o período de junho a dezembro/2016, conforme Resolução 2.077 de 07 de junho de 2016, sendo deduzido o valor de R\$ 2.696, referente as liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 14 de junho de 2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 7.338 conforme Resolução 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 conforme Resolução 2.004 de 15 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho 1.033 de 27 de abril de 2016.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada.

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de renda – IR	19.717	7.233
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	14.414	296
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	67.651	80.151
Programa de integração social – PIS	5.850	8.546
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	27.270	39.616
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	4.000	3.736
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.303	1.196
Imposto sobre serviços – ISS	193	284
Impostos e contribuições retidos na fonte	8.513	15.393
Outros	951	758
	149.862	157.209
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	5.256	4.770
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	72	72
	5.328	4.842
Total	155.190	162.051

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	30/06/2016				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	152.101	85.404	18.216	4.408	260.129
Constituição	13.762	22.456	717	-	36.935
Baixas/reversão	(16.829)	(22.168)	(309)	-	(39.306)
Atualização	9.679	16.340	598	442	27.059
Saldos em 30 de junho de 2016	158.713	102.032	19.222	4.850	284.817
Circulante	19.794	35.395	1.491	-	56.680
Não circulante	138.919	66.637	17.731	4.850	228.137

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 647.111 (R\$ 481.628 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.749.827 (R\$ 1.407.399 em 31 de dezembro de 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 989.881 (R\$ 925.387 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que estão estimados em R\$ 583.003 (R\$ 557.289 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 92.540 (R\$ 83.538 em 31 de dezembro de 2015) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos o processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da resolução normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais. Este processo está estimado em R\$ 35.651 (R\$ 32.289 em 31 de dezembro de 2015).

18. Outros passivos

	Ref	30/06/2016	31/12/2015
Consumidores	(a)	52.272	64.654
Caução em garantia	(b)	155.235	153.595
Adiantamentos recebidos	(c)	37.914	31.800
Outras		33.844	33.429
Total		279.265	283.478
Circulante		235.215	257.535
Não circulante		44.050	25.943

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 25 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou aumento de capital no valor correspondente ao excesso das reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 167.709, em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço passou de R\$ 542.163 para R\$ 709.872.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	103.719.991	94,9	18.257.737	93,4	59.315.266	100,0	181.292.994	96,3
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	391.269	94,9	68.875	93,4	223.758	100,0	683.902	96,3
Previ	12.516	3,0	3.751	5,1	-	0,0	16.267	2,3
Outros	8.551	2,1	1.152	1,6	-	0,0	9.703	1,4
Total	412.336	100,0	73.778	100,0	223.758	100,0	709.872	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de junho de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte dos acionistas monta R\$ 251.047 (R\$ 243.038 em 31 de dezembro de 2015).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2020, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período findo em 30 de junho de 2016 o valor de R\$ 20.519 (R\$ 38.753 em 30 de junho 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde de 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c) Reserva de Retenção de Lucros

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Em 25 de abril de 2016 a Companhia deliberou em Assembleia Geral Ordinária a aplicação do excesso da reserva de lucros, devido ao limite previsto na Lei 11.638/2007, no aumento de capital social no montante de R\$ 167.709. O saldo da Reserva de Lucros que está limitado ao montante do capital social em 30 de junho de 2016 passou a ser R\$ 709.872 (R\$ 877.579 em 31 de dezembro de 2015).

Dividendos e Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2015</u>					
RCA de 19 de junho 2015	JSCP	38.636	0,1990406	0,1990406	0,2189447
RCA de 19 de junho 2015	Dividendos Intermediários	41.565	0,2141330	0,2141330	0,2355463
AGE de 25 de abril de 2016 (*)	JSCP	6.635	0,0341833	0,0341833	0,0376016
		<u>86.836</u>			

(*) Em Assembléia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2016 foi ratificada a deliberação do pagamento do complemento de JSCP considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos iniciais em	8.543	221.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	-	80.201
Propostos	-	6.635
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(14)	(52)
Pagos no exercício	(6.620)	(299.256)
Prescritos	-	(153)
Saldos finais em	<u>1.909</u>	<u>8.543</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. Em 30 de junho de 2016, não houve qualquer efeito reconhecido como outros resultados abrangentes (R\$ 242 negativo em 30 de junho de 2015).

20. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a) 1.171.812	1.242.338	2.368.584	2.249.268
Receita de distribuição	1.051.503	1.117.853	2.125.951	2.000.138
Remuneração financeira wacc	120.309	124.485	242.633	249.130
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b) 7.431	177.880	24.716	349.430
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c) 1.098.717	1.046.180	2.254.261	1.984.745
Receita de distribuição	1.096.249	1.043.614	2.249.284	1.979.940
Remuneração financeira wacc	2.468	2.566	4.977	4.805
Valores a compensar da parcela A e Outros Itens Financeiros	(d) 80.473	321.250	(93.307)	12.543
Receita de construção da infraestrutura da concessão	164.687	173.310	377.496	266.840
Outras receitas	(e) 68.118	57.643	174.778	109.931
Total receita bruta	2.591.238	3.018.601	5.106.528	4.972.757
(-) Deduções da receita bruta	(f) (816.400)	(989.861)	(1.696.472)	(1.622.717)
Total receita operacional líquida	1.774.838	2.028.740	3.410.056	3.350.040

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Consumidores:				
Residencial	954.646	961.530	2.000.836	1.791.121
Industrial	252.227	279.455	518.895	509.466
Comercial	497.896	505.951	1.042.819	946.487
Rural	141.364	123.637	256.251	218.266
Poder público	88.611	90.408	178.996	165.739
Iluminação pública	59.923	68.693	125.012	123.588
Serviço público	60.700	72.254	124.730	135.061
Fornecimento não faturado	9.785	14.025	(911)	9.397
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (*)	(1.053.190)	(1.000.378)	(2.161.455)	(1.904.849)
	1.011.962	1.115.575	2.085.173	1.994.276
Subvenção à tarifa social baixa renda	159.850	126.763	283.411	254.992
Total	1.171.812	1.242.338	2.368.584	2.249.268

(*) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

(b) Câmara de Comercialização de energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita de Uso - Consumidor livre	45.527	45.802	92.805	79.896
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	1.053.190	1.000.378	2.161.456	1.904.849
	1.098.717	1.046.180	2.254.261	1.984.745

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Parcela A				
Revisão Tarifária	5.419	(3.794)	27.542	32.496
Energia	57.436	(13.678)	(107.746)	(99.011)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	5.520	87.577	2.860	87.958
Neutralidade dos encargos setoriais	6.680	2.102	(6.688)	568
Sobrecontratação	(3.481)	198.840	59.741	(40.758)
Outras CVA's	17.655	20.711	(16.168)	44.778
Itens Financeiros				
Desconto Tarifa Autoprodutores	-	(23)	-	(147)
Energia Eletronuclear	74	(165)	(4.729)	(6.222)
Exposição Financeira	5.311	22.021	(16.428)	19.043
Reversão RTE 2015	-	-	(35.647)	-
Outros itens financeiros	(14.141)	7.659	3.956	(26.162)
Total	80.473	321.250	(93.307)	12.543

(e) Outras Receitas

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	6.826	5.771	12.602	12.946
Arrendamentos e aluguéis	8.646	2.536	17.382	4.634
Serviço taxado	3.616	3.058	6.650	6.073
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	30.519	30.221	101.019	56.715
Multa por inadimplência	17.337	15.762	35.717	28.971
Outras receitas	1.174	295	1.408	592
	68.118	57.643	174.778	109.931

(a) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPM entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

(f) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Impostos e contribuições				
ICMS	(451.846)	(457.294)	(935.458)	(854.868)
PIS	(34.450)	(49.127)	(78.962)	(77.037)
COFINS	(158.856)	(226.455)	(363.819)	(355.013)
ISS	(1.639)	(1.489)	(3.899)	(2.709)
Encargos Setoriais				
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	(149.868)	(171.509)	(296.748)	(203.764)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.919)	(8.227)	(14.716)	(14.398)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.168)	(3.290)	(5.872)	(5.758)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.584)	(1.645)	(2.936)	(2.880)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.168)	(3.291)	(5.872)	(5.759)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.495)	(2.609)	(6.989)	(5.217)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(407)	(64.925)	18.799	(95.314)
Total	(816.400)	(989.861)	(1.696.472)	(1.622.717)

(*) Vide nota 15a.

21. Custos e despesas operacionais do serviço

(a) Custo de Energia Elétrica

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
	(Reclassificado)			
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(344.921)	(386.345)	(709.032)	(828.039)
Energia adquirida contrato bilateral	(209.034)	(191.339)	(411.573)	(358.589)
Contratos por cotas de garantia física	(108.858)	(62.129)	(214.731)	(125.667)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(32.986)	(28.231)	(65.972)	(68.334)
Energia curto prazo - PLD	(83.348)	(138.154)	(53.807)	(225.460)
PROINFA	(31.076)	(21.645)	(62.151)	(43.290)
Ressarcimento de energia	2.120	8.430	3.898	35.681
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	(247.185)	-	-
Créditos de PIS e COFINS	92.177	107.307	187.180	161.301
Encargos de energia de reserva - EER	(29.445)	-	(42.566)	-
Custos Variáveis do MCP	(83.845)	(233.944)	(155.986)	(319.081)
	(829.216)	(1.193.235)	(1.524.740)	(1.771.478)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	(51.080)	(59.984)	(106.077)	(122.093)
Encargos de conexão	(10.635)	(5.910)	(12.773)	(11.115)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(1.235)	(1.111)	(2.316)	(2.405)
Encargo de serviço do sistema - ESS	(20.219)	(50.552)	(84.675)	(94.187)
Encargos de energia de reserva - EER	-	1.264	-	9.657
Créditos de PIS e COFINS	5.352	5.426	10.452	11.149
	(77.817)	(110.867)	(195.389)	(208.994)
	(907.033)	(1.304.102)	(1.720.129)	(1.980.472)

(b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Período de três meses findo em:				
	30/06/2016			30/06/2015	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
	(Reclassificado)				
Pessoal	(54.508)	(26.839)	(20.145)	(101.492)	(77.226)
Administradores	-	-	(1.059)	(1.059)	(2.777)
Entidade de previdência privada	(2.111)	(764)	690	(2.185)	(3.490)
Material	(6.880)	(969)	(501)	(8.350)	(4.216)
Serviços de terceiros	(118.588)	(36.082)	(25.805)	(180.475)	(131.403)
Taxa de fiscalização–TFSEE	(2.229)	-	-	(2.229)	(2.035)
Amortização	(78.078)	-	(6.137)	(84.215)	(79.687)
Arrendamentos e aluguéis	(307)	(185)	(1.306)	(1.798)	(1.466)
Tributos	(45)	(13)	(781)	(839)	(2.617)
Provisões líquidas – PCLD	-	(19.835)	-	(19.835)	(12.635)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(10.039)	-	(10.039)	(5.946)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(13.226)	(13.226)	(2.170)
Multas regulatórias	(6.998)	-	-	(6.998)	(9.415)
Outros	(14.354)	(1.317)	(4.441)	(20.112)	(9.946)
Total custos / despesas	(284.098)	(96.043)	(72.711)	(452.852)	(345.029)

Notas Explicativas**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Custo / Despesas	Período de seis meses findo em:				
	30/06/2016			30/06/2015	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(93.117)	(48.377)	(43.342)	(184.836)	(154.891)
Administradores	-	-	(3.515)	(3.515)	(3.930)
Entidade de previdência privada	(4.196)	(1.782)	(669)	(6.647)	11.520
Material	(12.417)	(1.370)	(966)	(14.753)	(8.146)
Serviços de terceiros	(248.530)	(56.342)	(49.081)	(353.953)	(254.538)
Taxa de fiscalização–TFSEE	(4.264)	-	-	(4.264)	(3.554)
Amortização	(153.804)	-	(11.680)	(165.484)	(162.261)
Arrendamentos e aluguéis	(790)	(264)	(2.572)	(3.626)	(2.978)
Tributos	(152)	(26)	(4.915)	(5.093)	(4.808)
Provisões líquidas – PCLD	-	(35.025)	-	(35.025)	(18.981)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(19.897)	-	(19.897)	(10.355)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(19.395)	(19.395)	(15.252)
Multas regulatórias	(17.629)	-	-	(17.629)	(15.709)
Outros	(21.462)	(2.408)	(8.149)	(32.019)	(16.693)
Total custos / despesas	(556.361)	(165.491)	(144.284)	(866.136)	(660.576)

22. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	14.717	17.092	37.337	29.100
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	10.244	8.961	20.820	17.033
Marcação a mercado da dívida/swap	94.266	130.077	233.966	305.188
Variação cambial	376.127	193.848	737.936	196.087
Operações swap	173.450	127.491	278.570	494.751
Atualização depósitos judiciais	6.258	4.909	11.992	9.554
Remuneração financeira setorial	4.464	38.864	11.111	30.238
Outras receitas financeiras	15.990	2.037	19.697	9.615
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.250)	-	(4.722)	-
	693.266	523.279	1.346.707	1.091.566

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Despesas financeiras	Período de três meses findo em:		Período de seis meses findo em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Encargos de dívida	(49.408)	(54.630)	(102.971)	(106.626)
Marcação a mercado da dívida/swap	(102.361)	(121.860)	(249.952)	(309.396)
Variação cambial	(103.298)	(128.308)	(216.349)	(496.935)
Operações swap	(496.294)	(235.180)	(896.522)	(271.159)
Obrigações Pós-Emprego	(11.313)	(9.164)	(22.625)	(18.329)
Atualização contingências	(15.674)	(11.527)	(27.058)	(25.246)
Outras despesas financeiras	(33.280)	(15.673)	(52.045)	(24.535)
	(811.628)	(576.342)	(1.567.522)	(1.252.226)

23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref	Resultado	Ativo			Passivo		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CELPE	(b)	2.129	424	-	424	72	-	72
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1)/(g)/(h)	(204.935)	79	58	137	30.748	-	30.748
TERMOVERNAMBUCO S/A	(a.1)	(59.881)	-	-	-	17.561	-	17.561
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(2.238)	-	-	-	494	-	494
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(1.379)	-	-	-	304	-	304
RIO PCH I S.A.	(a.2)	(755)	-	-	-	167	-	167
BAHIA PCH I S.A.	(b)	408	74	-	74	-	-	-
SE NARANDIBA S.A.	(c)/(d)	(3.707)	-	-	-	794	-	794
AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1)/(b)/(e)	(14.152)	105	-	105	2.375	-	2.375
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c)/(d)/(g)	(5.646)	10	-	10	1.226	-	1.226
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(9.481)	-	-	-	2.093	-	2.093
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	(a.2)	(37.464)	-	-	-	8.347	-	8.347
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(660)	-	-	-	110	-	110
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(547)	-	-	-	86	-	86
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(650)	-	-	-	100	-	100
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(612)	-	-	-	104	-	104
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(650)	-	-	-	108	-	108
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(438)	-	-	-	67	-	67
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(587)	-	-	-	90	-	90
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(546)	-	-	-	910	-	910
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(543)	-	-	-	84	-	84
AMARA BRASIL	(f)	(3.917)	-	-	-	1.154	-	1.154
FAELBA		(6.725)	9.337	14.643	23.980	38	2.159	2.197
Controladores								

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

NEOENERGIA S.A.	(e)	(622)	-	-	-	104	17.151	17.255
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(i)	(538)	-	-	-	387.507	-	387.507
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	1.909	-	1.909
Em 30 de junho de 2016		(354.136)	10.029	14.701	24.730	456.552	19.310	475.862
Em 30 de junho de 2015		(288.170)						
Em 31 de dezembro de 2015			843	3.547	4.390	27.704	16.636	44.340

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2032 e 2040, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência entre 2020 e 2029, corrigidos anualmente (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis, com vigência entre 2017 e 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata.

(f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.

(g) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

- (h) Debêntures aplicação/emissão - Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
- (i) Contratos de empréstimo com o Banco do Brasil com vigência até 2018, corrigidos pela taxa de juros de 111,6% do CDI.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

23.1 Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 3.112 (R\$ 3.477 em 30 de junho de 2015) e engloba pró-labore, plano de previdência (PGBL), assistência médica/odontológica, remuneração variável e incentivo de longo prazo.

A Companhia possui, ainda, o programa de incentivo de longo prazo (ILP) aos seus administradores, o qual se baseia no cumprimento de metas trienais e corporativas que visam criação de valor e geração de riqueza para o negócio de forma sustentável. Em 30 de junho de 2016, a provisão relativa ao ILP monta R\$ 2.970 (R\$ 4.568 em 31 de dezembro de 2015) a qual será liquidada quando da apuração final do cumprimento das metas trienais.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Considerações gerais e de políticas internas

A administração dos riscos da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações.

Dentre os objetivos dispostos na Política Financeira estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira; utilização de derivativos com propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros; financiamento dos investimentos com Bancos de Fomento; alongamento de prazos; desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Adicionalmente a Companhia monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Gestão do capital social

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) – são classificados como mantido para negociação e mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros (nota 5) – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (nota 10.1)– está classificado como disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado operacional do período.
- Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros (nota 7) – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores (nota 11) – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos e Debêntures (notas 12 e 13)- o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- ✓ Instrumentos Derivativos - são mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.
- ✓ Operação de “hedge” (utilizando swap dólar para CDI) para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência						Efeito acumulado 30/06/2016	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo			Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015		
Contratos de swaps:												
Ativa	Banco Citibank	22/06/2010		USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a.					475.811	172.703		
Passiva	Banco Merrill Lynch e Banco BNP Paribas	26/08/2010 10/12/2010 14/05/2014	26/12/2018	102,60% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 81.609	R\$399.495	399.925	533		
									75.886	172.170	(21.776)	
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.032	USD 50.000	R\$ 55.917	R\$104.005	157.378	84.614		
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.691	550		
									52.687	84.064	(5.786)	
Ativa	Bank of America	13/11/2012		117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)					671.855	369.297		
Passiva	Merrill Lynch	16/11/2012 19/11/2012 05/12/2013	14/06/2018 20/12/2018	CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	USD 210.116	USD 209.900	R\$ 232.674	R\$439.032	441.878	1.850		
									229.977	367.447	(20.263)	
Ativa	Banco Citibank	22/11/2013	03/12/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) / 117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a)	USD 128.331	USD 128.000	R\$ 83.600	R\$322.540	401.445	159.932		
Passiva		27/03/2015	15/03/2018	104,5% do CDI 106,9% do CDI					328.505	4.639		
									72.940	155.293	(17.734)	
Ativa	Banco JP Morgan	03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a.	USD 24.528	USD 24.500	R\$ 20.360	R\$58.065	78.591	35.438		
Passiva				105% do CDI					58.386	183		
									20.205	35.255	(2.503)	
Ativa	Banco Itaú Unibanco	18/12/2014	18/12/2017	3,65% a.a.	USD73.215	USD 73.127	R\$ 33.888	R\$200.000	234.657	77.951		
Passiva		19/12/2014		111% do CDI					201.168	734		
									33.489	77.217	(10.256)	
Ativa	BNP Paribas	16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a.	EUR 75.545	EUR 75.000	R\$ 28.526	R\$226.953	270.904	78.865		
Passiva				105,2% do CDI					241.021	11.685		
									29.883	67.180	(13.166)	
Ativa	Bank of America	28/07/2015	30/07/2018	2,1414882675% a.a..	USD 37.659	USD 37.700	(R\$ 11.806)	R\$125.701	120.431	18.099		
Passiva				101,4% do CDI					132.849	5.958		
									(12.418)	12.141	(7.072)	
									502.649	970.767	(98.557)	

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 dezembro de 2015:

	30/06/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.366.067	1.366.067	1.496.176	1.496.176
Contas a receber de clientes e outros	1.270.199	1.270.199	1.318.112	1.318.112
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	95.868	95.868	178.064	178.064
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	172.988	172.988	959.661	959.661
Caixa e equivalentes de caixa	172.988	172.988	959.661	959.661
Disponível para venda	2.770.819	2.770.819	2.514.452	2.514.452
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	2.770.819	2.770.819	2.514.452	2.514.452
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.700.429	2.700.429	3.404.284	3.404.284
Fornecedores	653.452	653.452	1.096.479	1.096.479
Empréstimos e financiamentos	1.793.071	1.793.071	2.307.805	2.307.805
Debêntures	253.906	253.906	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.907.526	1.907.526	1.907.990	1.907.990
Empréstimos e financiamentos	2.410.175	2.410.175	2.878.757	2.878.757
Derivativos	(502.649)	(502.649)	(970.767)	(970.767)

A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada exercício, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap adotando como taxa de desconto a taxa que zera o fluxo da ponta passiva no dia da contratação do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	30/06/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	-	-	2.770.819	2.770.819
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	28.991	143.997	-	172.988
Passivos				
Passivos financeiros	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	(2.410.175)	-	(2.410.175)
Derivativos	-	(502.649)	-	(502.649)
	28.991	(2.768.827)	2.770.819	30.983

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

✓ **Risco de variação cambial**

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de junho de 2016, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 566.675 (R\$ 270.748, resultado positivo em 30 de junho de 2015)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			3,2098	2.163.024	(46.763)	(58.454)	(70.145)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,2098	2.159.639	52.516	65.645	78.774
Exposição Líquida					5.753	7.191	8.629
Dívida em Euro			3,5635	269.205	(4.401)	(5.502)	(6.602)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,5635	267.263	5.141	6.426	7.711
Exposição Líquida					740	924	1.109

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de junho de 2016, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 459.369 (R\$ 935.893 em 31 de dezembro de 2015) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	14,1%	131.223	8.961	6.775	4.554
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,1%	645.209	50.335	62.358	74.180
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	14,1%	1.908.423	99.104	122.867	146.262
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	803.693	38.943	46.478	54.012
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	14,2%	178.437	14.951	17.925	20.854

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o exercício no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$143.997, sendo R\$ 129.894 em fundos exclusivos e R\$ 14.104 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	4.203.246	5.347.623	383.070	1.666.792	2.361.036	255.017	243.739	195.602	242.367
Debêntures	253.906	358.688	19.636	37.265	34.966	266.821	-	-	-
Fornecedores	653.452	653.452	614.655	-	-	-	-	-	38.797
Passivos financeiros derivativos									
Bank of America	(229.977)	(285.327)	20.914	(172.470)	(133.771)	-	-	-	-
Banco de Tokyo	(52.687)	(65.270)	5.885	(42.307)	(28.848)	-	-	-	-
Títulos Externos	(75.886)	(104.117)	21.604	(16.878)	(108.843)	-	-	-	-
Citibank	(72.940)	(108.431)	18.228	29.950	(156.609)	-	-	-	-
JP Morgan	(20.205)	(28.952)	2.641	4.073	(35.666)	-	-	-	-
Itaú	(33.489)	(42.753)	10.561	(53.314)	-	-	-	-	-
BNB Paribas	(29.883)	(41.527)	13.568	24.537	(79.632)	-	-	-	-
Mizuho	12.418	11.757	7.043	12.584	(7.870)	-	-	-	-

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido à incerteza na capacidade de suas contrapartes comerciais e financeiras de cumprir com suas obrigações junto à Companhia

- Contrapartes comerciais

No caso de contrapartes comerciais referentes à distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, consumidores, concessionárias e permissionárias.

Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume do contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

- Contrapartes financeiras

No caso de contrapartes financeiras com as quais a Companhia mantém posições de caixa, aplicações, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação de instituições financeiras e a utilização restrita à instituições financeiras de primeira linha.

As aplicações são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o contas a receber de clientes e outros.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme tabela a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	172.988	959.661
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.641.611	1.654.499
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	95.868	178.064
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	2.770.819	2.514.452

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de

Notas Explicativas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota 12).

25. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou contribuições a FAELBA no montante de R\$ 7.888 (R\$ 6.978 em 30 de junho 2015).

26. Eventos subsequentes

a) Declaração de Juros Sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 01 de agosto de 2016 a declaração de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 116.613 correspondentes a R\$ 0,6007597054 por ação ordinária e por ação preferencial classe A e R\$ 0,6008356759 por ação preferencial classe B. Esta deliberação está condicionada à contratação de serviços e análise, pela Auditoria Independente, dos fluxos de caixa da Companhia, que demonstrem a viabilidade dos valores propostos a serem pagos até 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 10 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0